

11 JORNAL DOS Trabalhadores

ANO 1 — Nº 1 — Segunda quinzena de março de 1982 — Cr\$ 50,00

Recado do Lula



O papel da campanha eleitoral

O processo eleitoral deste ano é muito importante para todos nós, trabalhadores. Precisamos escolher livremente os governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores. E, dentro das atuais circunstâncias, devemos fazer força para aproveitar as eleições no sentido de mudar, no que for possível, a situação que aí está.

Devemos utilizar a campanha eleitoral para transformá-la num processo que conscientize e organize o povo. Sabemos que as eleições não irão resolver os problemas da classe trabalhadora. Mas precisamos aprender a aproveitar a campanha para denunciar a miséria em que vivemos, em contraste com a riqueza e a corrupção dos que nos exploram. E para organizar a luta por nossos direitos.

Uma das coisas que temos de fazer é conseguir os votos exigidos por lei para completar o registro definitivo do Partido dos Trabalhadores. No entanto, precisamos tomar cuidado para não cair no mero eleitoralismo. Não podemos seguir o exemplo dos partidos burgueses, nos quais o interesse de cada candidato vale mais que o interesse partidário. No caso do PT, o partido está acima do candidato. A campanha eleitoral deve fortalecer e organizar o PT e não enfraquecê-lo e dividi-lo. Para conseguir isso, o PT deve continuar ligado aos movimentos e às lutas populares, e é das bases que devem sair os candidatos. Candidatos que, por serem do PT, também o sejam de todos os trabalhadores.

Luiz Inácio da Silva

A violência da ROTA

Pág. 5

O corsário do Caribe

Pág. 2

Renato Aragão: o trabalhador trapalhão

Pág. 7

Previdência: líderes vão tentar derrubar

São poucas as esperanças de que o "pacote da previdência" não seja aprovado pelo Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados) em algum dia de abril. Mesmo assim, e para demonstrar o protesto dos assalariados pelo aumento do valor mensalmente descontado dos seus salários a título de contribuição para o Instituto, a Comissão Pró-CUT está organizando a ida de uma grande caravana de assalariados — principalmente aposentados — para Brasília, numa última tentativa de convencer os políticos do PDS a rejeitarem mais esse golpe desferido contra os trabalhadores em dezembro do ano passado.

Os dirigentes da Pró-CUT acreditam que, num ano eleitoral como este, ainda existe uma boa razão para pressionar senadores e deputados do PDS: afinal, aprovar uma medida impopular pode significar a sua não reeleição.

As tentativas feitas até agora para sensibilizar a grande massa de assalariados contra o "pacote" não foram bem sucedidas. Somente em algumas poucas cidades, por exemplo, foi possível realizar com sucesso um Dia Nacional de Protesto, e mesmo assim graças à disposição principalmente dos aposentados.

O déficit

A história deste "pacote" — considerado inconstitucional pela Ordem dos Advogados do Brasil — começa com a verificação de um crescente déficit, cerca de 200 bilhões de cruzeiros, nos cofres da Previdência Social. A bela solução encontrada pelo Governo foi propor o aumento do valor da contribuição mensal e a instituição de descontos nos salários de aposentados e pensionistas. Pressionado por grande número de

trabalhadores e líderes sindicais, que percorreram todas as salas de senadores e deputados, em Brasília, o Congresso — inclusive, políticos do PDS — acabou rejeitando o projeto de Figueiredo.

O Governo não teve dúvidas. Armado de um decreto-lei — uma arma muito ao gosto dos governos fortes — fez voltar ao Congresso a sua pretensão de fazer recair sobre os que pagam — e pouco recebem em troca — os resultados da sua má administração previdenciária.

Na verdade esta manobra já era esperada. Naquele dia 27 de outubro, ainda nas galerias do Congresso, o metalúrgico aposentado Miguel Guillen, de Santo André (SP), dizia que aquela não era "bem uma vitória, pois há brechas para o Governo tramarmos novos golpes". E foi o que aconteceu, na forma do decreto.

Foram afastados

A administração das caixas previdenciárias era feita até 1933, por um colegiado composto de igual número de representantes dos trabalhadores e dos patrões, sem a participação do Estado. Naquela época, o desconto sobre os salários não ia além dos 3%, as empresas participavam com 1% da sua renda bruta, e o governo cobrava taxas sobre os serviços prestados pelas empresas.

Com o passar dos anos os trabalhadores foram sendo afastados da administração desse dinheiro e, à medida que aumentava o valor descontado dos salários, o Estado diminuía a sua participação financeira para aumentar seu controle sobre a administração do dinheiro todo. A partir de 1964 os trabalhadores perderam qualquer possibilidade de influenciar o destino dado à arrecadação de impostos. A



participação do Estado na Previdência Social, que chegava a 28% até 1963, caiu para 9,4% três anos depois, e para apenas 3,4% do seu orçamento em 1980, enquanto a taxa de contribuição do assalariado aumentava para 8%.

Onde foi o dinheiro

E as verbas arrecadadas pela Previdência, em vez de retornarem ao trabalhador, na forma de benefícios, foram usadas durante todos esses anos para construir obras tão inúteis ou dispensáveis como a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, e até a usina de Itaipu e para financiar empresas falidas.

As empresas também não dormiram no ponto, e na medida em que o Estado

diminuía sua participação nos fundos da Previdência, elas passavam a sonegar ainda mais a sua contribuição, recaindo grande parte dos custos sobre os assalariados.

E, finalmente, os convênios firmados entre as grandes empresas de medicina e a Previdência, no lugar de facilitar o atendimento médico, permitiu às primeiras um escandaloso roubo nos já curtos recursos da Previdência.

Essas questões serão tema de um debate já programado pela Televisão, entre Luis Inácio da Silva, presidente do PT, e o ministro da Previdência, Jair Soares. Na oportunidade, Lula interpellará o Governo sobre a grave situação da Previdência.

Greve sai, Maluf cede

Maluf, o governador biônico de São Paulo, foi obrigado a fazer um pequeno mas significativo recuo diante da greve que, desde o dia 22, se alastrara entre o funcionalismo público de São Paulo: no meio da semana, resolveu antecipar o pagamento de parte do reajuste — insuficiente — sem esperar a problemática aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa.

No dia 22, o funcionalismo público estadual e municipal, do Estado de São Paulo, com cerca de 420 mil trabalhadores, iniciou uma greve geral em repúdio ao reajuste salarial determinado pelo governador e pelo prefeito Reinaldo de Barros. O governador ofereceu ao funcionalismo estadual reajuste de 96% por cento, dividido em duas parcelas, sendo 40% a partir de 1º de março e 40% em 1º de julho.

Pelo simples confronto dos números — dizem os grevistas — o índice de reajuste determinado pelo governador não é de 96%, mas sim de 77,3%, uma vez que é parcelado e em termos reais significa muito menos, não cobrindo a inflação do ano passado. Não satisfeito com essa manobra, o governador Maluf embutiu ainda no reajuste o aumento



A greve é contra o governo do arrocho

natural do 13º salário, elevando artificialmente o índice de aumento para 104%.

Mas, o confronto dos números revela que, mesmo admitindo-se o aumento natural do 13º, o reajuste real final seria apenas 78,7%. A mesma manobra foi tentada pelo prefeito Reinaldo de Barros, candidato a governador pelo PDS.



Na cruz, cada pano, uma criança morta

PT vai votar a plataforma no encontro nacional

Pág. 4

Editoriais

O momento e o jornal

Nós, trabalhadores da cidade e do campo, somos explorados economicamente e oprimidos politicamente há muitos séculos. Essa é a nossa vida e a nossa luta de todo dia. Nos piores momentos, nossa vida beira a morte pela miséria e nossa luta é brutalmente reprimida. É então que precisamos lutar mais ainda, porque só assim venceremos a exploração e a opressão.

O Brasil atravessa uma fase especial: com 18 anos de regime autoritário, a exploração econômica que nos esmaga atingiu seus pontos culminantes. Nunca tivemos tanto desemprego no País. Nunca tivemos salários tão baixos em comparação com o custo de vida. Nunca nos alimentamos tão mal. Nunca tivemos tantas dificuldades para morar dignamente, para usar o transporte que nos leva ao trabalho, para nos vestir decentemente, para cuidar da saúde e da educação de nós mesmos e de nossa família. Nunca sentimos tanta insegurança.

E nós somos a maioria da população. Somos nós que, com o nosso trabalho, construímos tudo que aí está e que não podemos usar: terra, comida, casa, transporte, roupas, remédios, hospitais, escolas. Mas há uma minoria que usa e abusa dessas coisas todas. Uma minoria que tira de nós o produto do nosso trabalho. Uma minoria que usa em seu próprio proveito o nosso suor, as nossas lágrimas e o nosso sangue.

Uma minoria que sempre usou, mas que nunca abusou tanto como nesses 18 anos de regime autoritário. Nunca subiu tanto o custo de vida. Nunca foi tão alta a inflação. Nunca foi tão vergonhosa a corrupção. Nunca foi tão grande o lucro das grandes empresas nacionais e estrangeiras, dos banqueiros e dos grandes fazendeiros. E nunca o Governo e o Estado ajudaram tanto os empresários nacionais e estrangeiros a nos explorarem de todos os modos, no emprego, no salário, nos alugueis, nos preços da roupa e da condução, da comida e dos remédios, dos hospitais e das escolas.

Para garantir que os patrões nacionais e estrangeiros possam nos explorar nos

salários e nos preços com tranquilidade e sem riscos, o Governo e o Estado nos reprimem politicamente. Nos reprimem com a lei ou sem a lei, com tribunais ou sem tribunais, com as forças policiais e com as forças militares, com brutalidade maior ou menor, com a força do dinheiro, da propaganda, das ameaças e das punições.

Mas essa situação está chegando a um limite. Nós, trabalhadores da cidade e do campo, não agüentamos mais. Já começamos a protestar e a brigar nos últimos anos. Foi com nossas manifestações, nosso protesto, nossas greves, nossos movimentos que fizemos o Governo e o Estado recuarem. O que conseguimos é ainda muito pouco: anistia parcial, liberdade partidária pela metade, eleições com cartas marcadas. E o custo de vida continua subindo, o arrocho salarial aumentando, o desemprego crescendo. Agora estamos dispostos a mudar esse quadro e ocuparmos o papel que nos cabe como construtores da riqueza que nos é negada, que nos é tirada. Estamos decididos a transformar a sociedade para construir um Brasil justo, sem explorados nem exploradores.

Só conseguiremos esse objetivo se nos organizarmos. E só conseguiremos nos organizar se nos conscientizarmos cada vez mais, a nós mesmos e a cada um de nossos companheiros. Precisamos tomar consciência de quem nós somos, quantos somos, o que somos, quais as nossas forças e as nossas fraquezas, quais as nossas dificuldades e os nossos problemas, quais as nossas virtudes e as nossas possibilidades, quais as nossas lutas, as nossas derrotas e as nossas vitórias. E também tomar consciência de quem são os nossos adversários e inimigos, quem nos explora economicamente e oprime politicamente, que armas eles usam, que ameaças, que armadilhas, que subterfúgios.

É neste momento, e com esses objetivos, que começa a circular hoje o JORNAL DOS TRABALHADORES, porta-voz oficial do PT em âmbito nacional.

Carta de Lula aos demais partidos

Luiz Inácio da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores, enviou no último dia 23 uma carta aos presidentes dos outros partidos, propondo um compromisso de honra para que o governador que venha a ser eleito, seja qual for, realize uma votação direta para a linha do nome que indica na eleição para prefeito da cidade de São Paulo. O prefeito da Capital paulista, como se sabe, é atualmente indicado pelo governador do Estado, sem qualquer interferência da população.

É a seguinte a íntegra dessa carta:

"São Paulo, 23 de março de 1982. Venho enviar a Vossa Excelência cópia de carta aberta aos demais candidatos e partidos de oposição com respeito à proposição de assumirmos compromisso referente ao processo de escolha do prefeito da Capital de São Paulo. Este documento foi lido da tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo pelo líder da bancada do PT, deputado Marcos Aurélio Ribeiro, em 11 de março de 1982.

"Entendo que devemos empreender esforços para o quanto antes ser aprovada, no Congresso Nacional, a emenda que restabelece as eleições livres e diretas para a escolha de prefeitos das Capitais. Esse esforço deverá inclusive ser redobrado logo ao início da Legislatura que se inaugurará em março de 1983, quando haverá uma nova composição de forças naquela Casa. Se for aprovada emenda neste sentido, tal como ocorreu quando foi restabelecido o processo de eleição direta de prefeitos em diversas estâncias hidrominerais em São Paulo, as eleições poderão ocorrer num

prazo não superior a 90 dias após a sua aprovação.

"Caso até o primeiro semestre de 1983 não sejam restabelecidas pelo Congresso Nacional as eleições diretas para prefeitos das Capitais, a minha proposta aos demais partidos é a de fazermos uma declaração conjunta nos comprometendo a, seja qual for o governador eleito, promovermos uma votação direta para prefeito das Capitais entre candidatos de todos os partidos que queiram concorrer. O vencedor, escolhido pelo povo, teria seu nome enviado à Assembleia Legislativa pelo governador eleito em cada Estado.

"Encaminho esta proposição aos presidentes dos partidos de oposição para que a encaminhem aos respectivos candidatos a governador. No aguardo de uma resposta. Respeitosamente, Luiz Inácio da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores".

CRÉDITOS

São os seguintes os créditos das fotos:
1ª pag.: Greve do funcionalismo: Maurício Simonetti; fila do INPS: F-4 - Juca Martins; Ronda Alta: Lourdes Maria Gezybowski.
4ª pag.: Athos Magno e Antonio Carlos: foto de Samuel Lavelberg; Olivio Dutra: foto de Luiz Bittar; Evandro Carreira: foto AGH - Beth Cruz.
5ª pag.: Santo Dias da Silva e Pe Agostinho: F-4 - Nair Benedito.
6ª pag.: Futebol: "Agência Estado"; Saúde: F-4 - Vera Simonetti; Fila do desemprego: F-4 - Juca Martins.
7ª pag.: Renato Aragão: foto de Américo Vermelho.
As charges das pags. 2 e 3 são de Nicoliette e a da pag. 8 é de Lailzo.

Cartas

"... eu gostaria muito de ver no jornal muita entrevista com os trabalhadores da base, lideranças dos movimentos dos trabalhadores e dos movimentos populares, experiências de luta dos trabalhadores da cidade e do campo, e ainda uma seção de correspondência, um lugar também para a divulgação da arte e da cultura popular (cântico, poesia, casos, desenhos, enfeites, comunicados etc.)..."

Donizeti M. da Silva
R. Praia do Perequê, 87 — V.O. Maia
Campinas — SP

"... queria ver no jornal uma coluna com depoimentos pessoais de celebridades nacionais, pertencentes ao PT ou seus colaboradores, a exemplo do lúcido depoimento de Bete Mendes, "Um Partido de Verdade", publicado na revista *Veja*. O primeiro poderia ser de Reinaldo e o porquê de sua não convocação para o selecionado nacional. (Filiação ao PT?)"

Macapá — AP

"Para Luiz Alberto Cruz da Silva, o *Jornal dos Trabalhadores* deve ser ligado "às coisas do povo brasileiro e não somente às ideias do PT", deve respeitar as sucursais de todos os estados, reservar-lhes espaço no

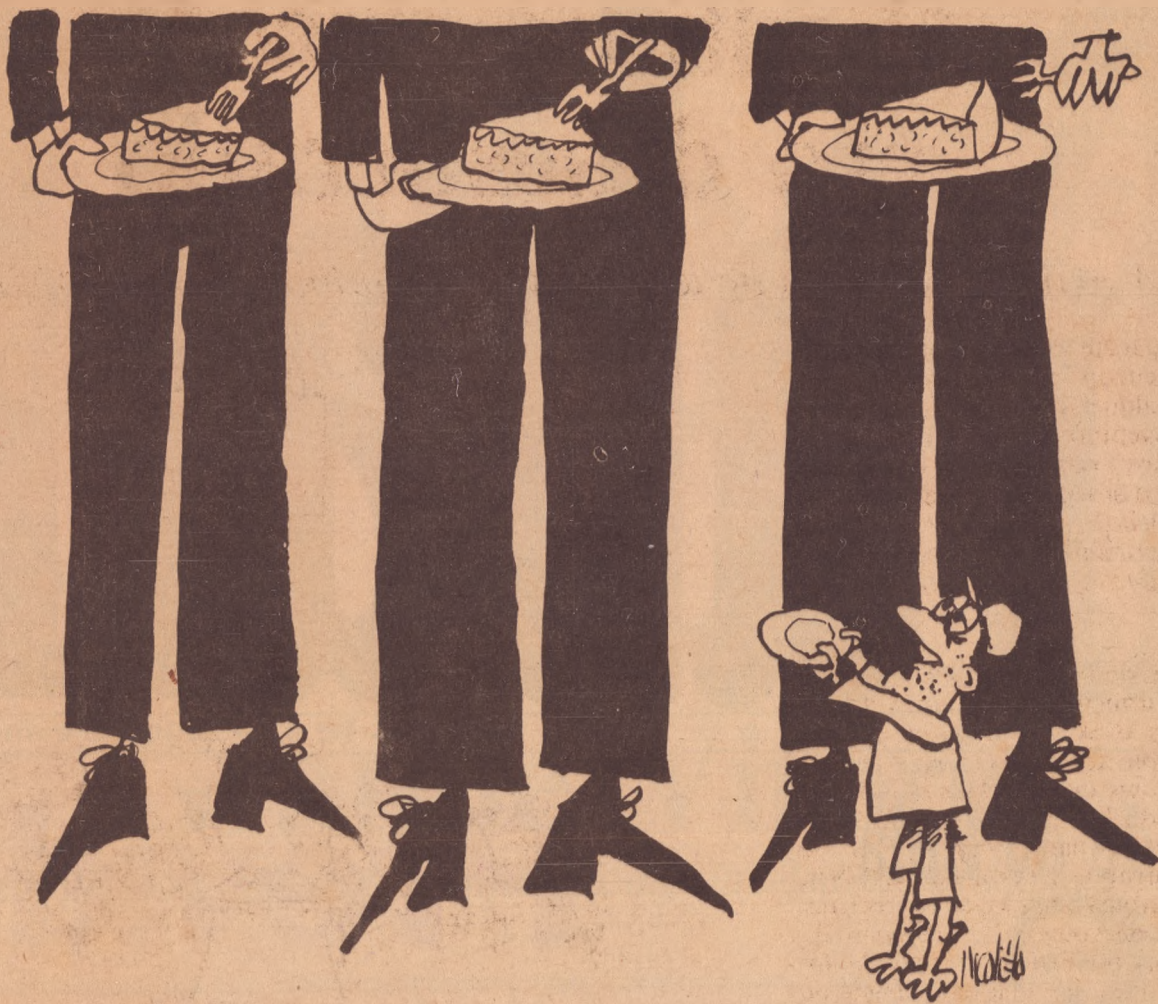
jornal e orientá-las quanto à linha editorial. Deve abordar principalmente as questões populares e sindicais, levando em conta "as origens do povo brasileiro".

"Gostariamos de reafirmar nossa posição de apoio a esta iniciativa, por considerarmos muito importante termos um jornal do PT para veiculação das ideias e experiências dos companheiros que estão construindo este Partido no País. O jornal pode também transformar-se ou constituir-se num elo fundamental de ligação, informação e orientação política."

Milton Mendes de Oliveira
Daniel José da Silva
Florianópolis — SC

"... estamos tentando reestruturar a Secretaria de Imprensa e Propaganda do Diretório Regional do Paraná. Nesse sentido solicitamos, entre outras coisas, que sejam promovidas trocas de experiências entre Secretarias Estaduais de Imprensa, bem como a Nacional. Formas de atuação, organização, principais iniciativas etc..."

Ivo Abreu
R. Ten. Max Wolf, 82 — ap. 301
Curitiba — PR



Internacional

O corsário do Caribe

O Governo de Ronald Reagan talvez não imaginasse esse destino para sua política na América Central. Mas agora ela vai ser discutida na ONU. A Nicarágua pediu a convocação do Conselho de Segurança, dizendo que se sente ameaçada de invasão pelos Estados Unidos. Ao menos em tese, a política de Reagan pode sofrer até uma condenação internacional.

Na realidade, Reagan não inovou em praticamente nada a política dos Estados Unidos em relação à América Central e ao Caribe. Pelo contrário, ele tem se esforçado para retomar uma tradição bastante antiga. Ela começou em meados do século passado, quando um pirata norte-americano chamado William Walker, a serviço do Banco Morgan & Garrison, andou de país em país da América Central pilhando e assassinando. No fim da turnê, ele se declarou presidente da Nicarágua, onde se estabeleceu, decretando o inglês como língua oficial do país, restaurando a escravidão que já tinha sido abolida. Depois de vir Walker virar um dos Estados Unidos e foi festivamente recebido pelo presidente. De volta à América Central, tentou estender seu poder sobre Honduras, mas foi assassinado antes de conseguir.

Em pouco tempo os passos do pirata Walker começaram a ser seguidos. Não por aventureiros solitários como ele, mas por empresas bem organizadas, interessadas em investir em plantações de café, cana-de-açúcar, algodão e banana e na construção de estradas de ferro. Essas empresas, com o apoio de grupos pequenos mas muito poderosos de cada país, conseguiram em pouco tempo um controle quase total sobre a região, mantendo o povo numa miséria quase absoluta. E para reprimir qualquer rebelião, contaram sempre com a força militar dos Estados Unidos. Só nos vinte primeiros anos deste século, os Estados Unidos intervieram vinte vezes na América Central e no Caribe — em média, uma intervenção por ano. E no caso especial da Nicarágua, o país esteve puro e simplesmente ocupado de 1911 até 1933.

Cuba e Nicarágua

O primeiro povo e se livrar desta situação foi o de Cuba. A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, foi de certa forma a primeira surpresa para os norte-americanos. E, em 1979, a Revolução Sandinista derrubou o ditador da Nicarágua, Anastácio Somoza, que representava os grandes interesses norte-americanos no país, e instalava um governo de reconstrução nacional.

A vitória da Revolução na Nicarágua começou logo a ter repercussão em outros países da região. Em outubro de 1979, um grupo de oficiais jovens de El Salvador derrubou o ditador, general Carlos Humberto Romero, e prometeu democratizar o país. O golpe foi muito bem recebido por Jimmy Carter, que era então o presidente dos Estados Unidos. Ele via nessa promessa de democratização uma possibilidade de evitar que El Salvador — onde a ditadura enfrentava a guerrilha há dez anos — se transformasse numa nova Cuba ou numa nova Nicarágua.

O ponto importante

Foi essa a situação que Ronald Reagan encontrou quando tomou posse na presidência dos Estados Unidos, em janeiro do ano passado. Durante a campanha eleitoral, uma das coisas que ele mais tinha prometido era "restaurar o orgulho nacional" dos norte-americanos, ferido — dizia Reagan — "pelo aumento da influência da União Soviética no mundo". Provas recentes desse aumento de influência eram o Vietnã, Angola, a Etiópia, o Afeganistão e a Nicarágua. Para Reagan, conter a expansão soviética era o primeiro e o mais importante ponto de sua política externa.

No caso da América Central, isso se aplicava de forma simples. Para Reagan, o Governo revolucionário da Nicarágua era comunista e tinha que ser desestabilizado. Quanto ao Governo de El Salvador, que estava na linha de frente do combate à guerrilha — para Reagan, representante do comunismo — precisava receber todo o apoio de seu Governo. Assim, o primeiro ato de Reagan em relação à América Central, depois de sua posse, foi claro dentro dessa lógica. Na primeira semana de governo, ele mandou para o Congresso um projeto de lei, que dava uma ajuda de 64 milhões de dólares para El Salvador e, ao mesmo tempo, suspendia a entrega, à Nicarágua, de uma soma de 15 milhões de dólares, que seria a última parcela de uma ajuda de 75 milhões concedida por Jimmy Carter depois da vitória da Revolução Sandinista.

Contra a guerrilha

A Nicarágua reagiu de forma conciliadora. Mandou como embaixador para os Estados Unidos um banqueiro chamado Arturo Cruz, que apoiava o Governo sandinista e tinha boas relações nos meios financeiros norte-americanos. Sua missão principal era convencer Ronald Reagan a manter com o Governo revolucionário da Nicarágua a mesma atitude de tolerância que tinha sido adotada por Jimmy Carter.

Enquanto Arturo Cruz começava suas gestões, Reagan procurava conseguir um êxito rápido em El Salvador. Acontece que antes de sua posse, temendo o que poderia vir depois dela, os guerrilheiros de El Salvador anunciaram e tentaram uma ofensiva final contra a Junta de Governo. Mas fracassaram e, com isso, revelaram os limites de sua força. Reagan e seu secretário de Estado, general Alexander Haig, acreditaram então que não seria difícil liquidar a guerrilha salvadorenha. Para conseguir isso, eles achavam que bastaria melhorar o treinamento da Guarda Nacional e aumentar a ajuda econômica ao governo de El Salvador. Cinqüenta e quatro assessores militares foram logo despachados para lá, enquanto dois enviados diplomáticos eram mandados às principais capitais da Europa Ocidental e da América Latina, procurando convencer os Governos amigos dos Estados Unidos de que a guerrilha em El Salvador era obra da União Soviética. O fracasso dessas medidas foi total.

Os governos procurados pelos enviados de Reagan não reagiram a seus argumentos. E o "Livro Branco", preparado por Alexander Haig, que pretendia provar a intervenção soviética na região, acabou sendo desmentido pela própria CIA, o mais famoso organismo de espionagem dos Estados Unidos.

Em relação à Nicarágua, a ação do Governo de Ronald Reagan foi mais lenta. Depois de suspensa a ajuda econômica, só em junho do ano passado, e no início de forma discreta, o Governo norte-americano começou uma campanha, acusando a Nicarágua de estar por trás da guerrilha em El Salvador. Ao mesmo tempo o Governo Reagan tolerava que elementos ligados à ditadura de Somoza fizessem treinamento militar nos Estados Unidos e começava a dar ajuda financeira a organizações de oposição ao Governo sandinista. Em novembro, Arturo Cruz deixava a embaixada da Nicarágua em Washington. Definitivamente, a tentativa de conciliação fracassou, mas os sandinistas continuam no poder.

Benefícios para o capital

Neste último mês, Reagan deu novos passos em sua política para a América Central. Primeiro, ele anunciou um programa de colaboração econômica ao qual ele deu o nome de *Iniciativa para a Bacia do Caribe*. O ponto central do programa é isentar de todos os impostos, durante doze

anos, as importações que os Estados Unidos fazem dos países da América Central e do Caribe. O programa também concede incentivos fiscais aos empresários norte-americanos que investirem na região. Apesar de ter sido bastante festejada, não vai ser fácil essa iniciativa ter sucesso. Na realidade, setenta e cinco por cento das exportações da América Central e do Caribe para os Estados Unidos já eram isentas de impostos. E quanto aos incentivos aos investimentos, a verdade é que os empresários, por causa da instabilidade política da região, estão tirando seus capitais de lá numa média de 500 milhões de dólares por ano. Por isso, é difícil imaginar que eles aceitem investir na área para devolver a ela a estabilidade perdida.

O segundo passo da política de Reagan na América Central, neste último mês, foi intensificar a campanha de propaganda, com o fim de convencer o mundo de que o Governo da Nicarágua comanda a guerra em El Salvador e a sustenta em armas. Para isso, o Governo de Reagan chegou a revelar fotos de espionagem mostrando como a Nicarágua está aumentando seu poderio militar em homens e em armas.

Ridículo

Mas a campanha acabou caindo no ridículo. O Governo norte-americano apresentou à imprensa um nicaragüense de 19 anos, Orlando José Tardencillas, que foi preso na guerrilha em El Salvador. Ele deveria declarar que foi mandado para lá pelo Governo sandinista. Mas, quando chegou na frente dos jornalistas, o rapaz desmentiu tudo. Disse que tinha ido para a guerrilha por conta própria e que tinha sido torturado para fazer aquela confissão acusando os sandinistas.

Depois de catorze meses de Governo, Reagan não conseguiu êxito em sua política para a América Central. Tudo indica que a intensificação da campanha contra a Nicarágua tenha por objetivo manter aberta a possibilidade de uma intervenção militar dos Estados Unidos na região. Para chegar a isso, Reagan vai ter que enfrentar muitas resistências. Externas, mas também principalmente internas, do próprio povo norte-americano, que não se esqueceu da derrota no Vietnã e, em pesquisa recente, revelou que em sua maioria não está aprovando a política de Reagan em El Salvador. De qualquer forma, se Reagan intervier militarmente, mesmo enfrentando todos os tipos de resistência, ele não estará fazendo nada de novo. Estará apenas retomando a velha política iniciada pelo pirata William Walker.

Trabalhadores Expediente

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores - PT
Quinzenário - Nacional
Preço por exemplar: Cr\$ 50,00
Editor Responsável: Perseu Abramo
(reg. prof. 5.436)
Redação: Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145
CEP 01318 - São Paulo-SP
Telefones: (011) 37-3595 - 34-1609
Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh.
Colaboradores: Altino Dantas Jr., Antonio Carlos Fon, Arlindo Mungoli, Bernardo Kucinsky, Carlos Eduardo Lins da Silva, Celso Horta, Denise Fon, Eduardo Matarazzo Suplicy, Hélio Doyle, José Kupfer, José Álvaro Moyses, João Amado, José Américo, Lúcia Araújo, Paulo Vannuchi, Paulo Rocha, Regina Festa, Renato Fallieros, Ruy Falcão, Sérgio Sister, Stella Bruna Santo, Vicente Aleksi, Filho, Luis Orelha, Edith Negrais, Dilair Aguiar, Ida Martins, Diva, Mara, Paula e Mirtes.
Produção Gráfica: Elifas Andreato, Cid Marcondes de Oliveira, Joca, Nicoliette.
Administração: Julio Rafael, Sérgio Alii.
Composição e Fotolito: Editora Letra Ltda.
Rua Artur de Azevedo, 1977 - Tel.: 212-5061
Impressão: Cia Editora Jorúes
R. Gastão da Cunha, 49 - Fone: 531-8900 - SP.

O último pacote, ato desesperado

A extinção do voto de legenda tenta suprimir a opção ideológica

O último "pacote eleitoral" baixado pelo general Figueiredo na sua tentativa de garantir a qualquer custo uma vitória nas eleições de novembro, atinge principalmente o Partido dos Trabalhadores. O "pacote" extingue o voto de legenda, ou seja, o direito que tem o eleitor, até hoje, de votar no partido de sua preferência sem se preocupar em escolher este ou aquele candidato do partido.

Nas eleições de 1974 e de 1978 o voto de legenda era principalmente um voto de protesto. Era o voto do eleitor pouco preocupado com detalhes ideológicos e também dos eleitores que não faziam muita fé nos políticos do MDB, mas que usavam a legenda do MDB para protestar contra a oligarquia corrupta e servil da ARENA. Esse voto de protesto rendeu ao MDB cerca de 2 milhões de votos em 1978, mais da metade apenas no Estado de São Paulo. Trata-se, portanto, de uma modalidade de voto que teve implicações importantes principalmente em São Paulo — berço do PT.

Mas nas eleições de novembro próximo são outras as opções do eleitor, e mais diversificado o sentido desse voto de legenda, que os generais do Palácio do Planalto querem agora suprimir. O voto de legenda este ano será acima de tudo o voto dos mais alinhados ideologicamente, dos trabalhadores com maior consciência de classe e não dos menos preocupados com uma linha em especial. Será o voto dos que entendem o Partido dos Trabalhadores como o único ideologicamente definido, e nele votarão por esse motivo, sem se preocupar em escolher candidato. Muitos votarão no PT porque acreditam em Lula, mesmo sabendo pouco da ideologia do partido, indo pela confiança no líder consagrado no calor da luta popular, pela intuição. Será também o voto dos milhares que já

absorveram a mensagem do PT, e com ela se identificam, apesar de não conhecerem candidatos do PT ou de esses candidatos não existirem em seus municípios. Por tudo isso, o PT será o mais atingido se esse "pacote" passar.

Em menor escala o fim do voto de legenda vai prejudicar todos os pequenos partidos, que não tiveram candidatos em todas as localidades, e o próprio PMDB. Se há um partido que não perderá voto com esse "pacote" esse partido é o PDS, porque ninguém vota por afinidade ideológica no PDS e muito menos por protesto. Isso explica, em grande parte, os motivos do novo "pacote."

É também o mais cínico e antidemocrático de todos os casuísmos, porque os mesmos generais que antes forçaram a vinculação total de votos, proibindo

coligações entre partidos, tiram do eleitor o direito de levar essa vinculação ao extremo, e ao mesmo tempo simplificar o ato de votar, colocando um único "xis" na legenda.

Mas como explicar o fato de que o "pacote" atinge principalmente o Partido dos Trabalhadores e outros pequenos partidos, e não o PMDB, que vinha sendo considerado como o inimigo principal do regime? Mudou o governo? Ou mudou o inimigo principal? Na verdade mudou o governo e mudou muito. A estratégia do Palácio do Planalto para vencer as eleições é cada vez menos a de dividir para vencer, que levou à criação de estímulos à formação de novos partidos, e cada vez mais a de esmagar todos os partidos de oposição de todas as formas possíveis. (W.F.J.)



Abertura, ritmo de LSN

O julgamento dos 11 sindicalistas do ABC no Superior Tribunal Militar será dia 16 de abril, às 13 horas. O julgamento dos pais e possesores do Araguaia poderá ser marcado para os próximos dias. Termina dia 29 de março o prazo para o deputado Freitas Diniz apresentar sua defesa prévia. Esses são apenas alguns dos casos de arbitrariedade do processo de "abertura" do general Figueiredo, e cada vez mais o regime militar utiliza-se da Lei de Segurança Nacional para intimidar o povo brasileiro.

No mês de março, vários jornalistas de Belo Horizonte foram julgados, com base na LSN, por terem divulgado, através dos veículos onde trabalhavam, uma nota distribuída pelo Partido Comunista do Brasil. Os jornalistas foram absolvidos, mas sofreram, durante meses, as mais terríveis pressões e alguns perderam seus empregos. Agora, o regime tenta enquadrar na LSN o presidente da OAB de Goiás, Vanderlei de Medeiros, por ter declarado publicamente que o Supremo Tribunal Federal não passa de um "rançoso apêndice do Executivo".

No mês anterior, foram condenados, também com base na LSN, o padre Reginaldo Veloso, autor do hino "Vito, Vito, Vitória" e o deputado federal Genival Tourinho, que denunciou a "Operação Cristal" (envolvimento de generais com os atentados terroristas), respectivamente a um ano e a seis meses de detenção.

Sindicalistas

De acordo com o advogado Luís Eduardo Greenhalgh, defensor de Lula, a apelação da defesa está fundamentada nas seguintes preliminares: 1º) a incompetência da Justiça Militar para julgar fatos relacionados com a greve dos trabalhadores do ABC paulista, já que existe uma lei específica — a Lei nº 4.330 — para punir movimentos grevistas; 2º) a incompetência da Justiça Militar, já que os metalúrgicos não estão capitulados entre as profissões consideradas essenciais ao funcionamento do Estado, não sendo, portanto, a greve de 1980, um assunto de Segurança Nacional. Além disso, já entrando no mérito do processo, a defesa está propugnando pela absoluta ausência de provas que possam sustentar uma condenação.

Processo do Araguaia

Depois que a Auditoria Militar em Belém indeferiu os pedidos feitos pelos advogados de defesa dos padres Aristides Camio e

Os 11 sindicalistas

Estes são os 11 sindicalistas do ABC: Luís Inácio da Silva, Djalmir de Souza Bom, Nelson Campanholo, Enilson Simões de Moura, Osmar Mendonça, Gilson Menezes, Jurandir Batista Magalhães, Rubens Arruda, Manoel Anísio, José Maria de Almeida e Wagner Lino Alves. Eles foram condenados no dia 19 de novembro de 1981 pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, a penas que variam de dois a três anos e seis meses e terão seus recursos julgados pelo Superior Tribunal Militar, dia 16, em Brasília.

Francisco Gouriou (acareação entre padres e posseiros e testemunhas, depoimento de novas testemunhas e levantamento dos antecedentes criminais do morto no tiroteio), os advogados entraram com habeas corpus junto ao Superior Tribunal Militar, pedindo a suspensão do processo até a decisão do recurso.

Deputado Freitas Diniz

Termina dia 29 de março o prazo para que o deputado federal Freitas Diniz, do PT, apresente ao Supremo Tribunal Federal a sua defesa prévia na denúncia formulada pelo procurador-geral da República, segundo a qual o parlamentar teria ofendido o presidente da República. Na denúncia, o procurador pede o enquadramento de Freitas Diniz na Lei de Segurança Nacional por ter afirmado o seguinte, em discurso pronunciado no dia 8 de setembro de 1981: "É importante que se diga isso para que todos saibam que o deslocamento de tropas federais para o Ara-

guaia-Tocantins é feito por determinação direta do presidente da República. Por quê? Porque aquela área está subordinada ao famigerado Conselho de Segurança Nacional, por intermédio do tal Getat, organismo executivo do Conselho de Segurança Nacional para a região".

Processo do Acre

Os dirigentes do PT, Lula e Jacó Bittar (candidatos a governador e a senador em São Paulo, respectivamente), também estão sendo processados com base na LSN por discursos que pronunciaram em asiléia, no Acre, em julho de 1980, juntamente com o presidente da Contag, José Francisco da Silva, com os dirigentes sindicais rurais Francisco Alves de Almeida e João Maia da Silva Filho.

Esse processo, que corre na Auditoria Militar de Manaus, está parado, já que se aguarda o depoimento de duas testemunhas que moram no Rio Branco, no Acre.

A Igreja no banco dos réus

Paulo Vannucci

Presos em setembro de 81, os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou deverão ser julgados nas próximas semanas. Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, em artigos que preveem penas de 8 a 30 anos de reclusão, os missionários serão levados ao tribunal militar ao lado de 13 posseiros que foram maltratados pela Polícia Federal. Na região do Araguaia, eles lutaram pela defesa de suas terras com o apoio da Igreja.

A posição que a Igreja católica firma, nos últimos anos, ao lado do direito dos pobres, pode ser explicada por sua maneira de entender a propriedade, conforme o último documento da CNBB, *Solo Urbano e Ação Pastoral*, aprovado em Itaipi em fevereiro: "O ensinamento da Igreja sobre o direito de propriedade é bem definido por Santo Tomás de Aquino, que o enuncia em dois princípios. Primeiro: Deus destinou os bens a todos os homens. Segundo: é necessária a partilha tanto para a boa gestão dos bens como para a paz, pois a falta de partilha é fonte de conflitos. Nesta perspectiva, vê-se que o primordial no direito de propriedade é garantir a distribuição dos bens e, portanto, da terra para todos, e não sua concentração nas mãos de alguns" (nº 73).

O cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, costuma dizer que, no Brasil, não há conflito entre Igreja e Estado, mas sim entre Estado e povo: se a Igreja coloca-se ao lado do povo, é natural que ela seja atingida pelo poder antipopular. De fato, nesses 18 anos de regime autoritário, a Igreja teve vários de seus membros sob a mira da Segurança Nacional: foram assassinados os leigos Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo"; Santo Dias da Silva, Anísio Pereira da Silva e o caciace Angelino Kretz. O padre Henrique Pereira Neto morreu sob torturas no Recife, Frei Tito de Alencar Lima veio a falecer em consequência das sevícias sofridas no cárcere, e os padres Rudolf e Penido Burnier tiveram suas vidas sacrificadas por

balas assassinas na região amazônica. Vários bispos foram enquadrados na LSN e Dom Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu, foi seqüestrado e torturado.

Essa repressão à Igreja explica-se por sua opção preferencial pelos pobres, definida em Puebla (1979), representando uma deslegitimação do Estado que, sem a sacralidade que o revestia, tem agora seu verdadeiro caráter capitalista e autoritário exposto a todos. O poder militar não tem as bênçãos dos céus. Ao contrário, a Igreja revela as entranhas desse poder nas denúncias em defesa dos direitos humanos. E, de certa forma, mina as bases que o sustentam com o trabalho conscientizador das Comunidades Eclesiais de Base (hoje, 80 mil em todo o país).

Tanto para os setores da situação como para os da oposição, nem sempre é fácil analisar a importância da Igreja hoje no Brasil e na América Latina. Os dois estavam acostumados a, muitas vezes, encará-la como "ópio do povo". Historicamente é verdade que a burguesia fez dela esta constatação de Marx. Mas poucas vezes os apreciadores do filósofo alemão perceberam que ele constataria também o caráter libertador da religião, "protesto contra a miséria real". Essa capacidade de o fenômeno religioso expressar a luta de classes já fora há tempos analisada por Engels em seus livros "Cristianismo Primitivo" e "A guerra camponesa na Alemanha". Hoje, a história da América Latina comprova que, de fato, a religião pode ser fator de libertação: basta observar a atuação das comunidades cristãs "camponesas" em países como Nicarágua, El Salvador e Guatemala.

Quanto ao fato de a Igreja sentar-se no banco dos réus, ao menos para ela, não é novidade: seu Fundador, Jesus Cristo, morreu como prisioneiro político, crucificado pela ocupação romana na Palestina do século I.

Palanque

Votos

No Paraná, correm rumores de que Moisés Lupion vai se candidatar. Todos os outros candidatos potenciais estão apreensivos, pois não sabem ainda de quem Lupion vai roubar votos.

Autonomia

O professor universitário mineiro Hélio Pontes foi indicado para compor a lista sêxtupla que concorre à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais. Mas foi vetado pela comunidade de informações, que, como se sabe, é sempre contra os professores excelentes e estimados pelos alunos e colegas. Na Universidade de São Paulo foi pior: o próprio Conselho Universitário deu um jeito de indicar o candidato preferido pelo governador e afastar de antemão os desafios do Sistema, embora escolhidos pelos alunos e professores. Enquanto isso, em Brasília, continua imperando o almirante... Autonomia universitária é isso aí, gente!

Todo dia...

Apesar das promessas, os índios Yanomami continuam sem que suas terras sejam delimitadas e, portanto, à mercê dos grileiros e dos latifundiários. E não são apenas os Yanomami: nas assembleias que os índios têm realizado, é cada vez maior o protesto contra a política da Funai. Conclusão: no Brasil de hoje, todo dia é dia contra o índio.

Torturismo

Dizem que um dos candidatos a con-

selheiro da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, tentava conquistar votos oferecendo passeios de turismo pela Baía de Guanabara. Só que as lanchas seriam cedidas pela Cenimar, órgão da Marinha que se celebrou anos atrás pelas torturas contra presos políticos.

Não confiem

O prefeito biônico de São Paulo, Reynaldo de Barros, anda dizendo por aí que não demite nenhum funcionário por questões políticas. Dois dos demitidos por questões políticas — um engenheiro do PMDB e um especialista em urbanismo do PTB — têm razão para desconfiar da afirmação do prefeito. Principalmente quando o biônico diz que tem o direito de demitir funcionários de confiança e todo mundo sabe que têm sido demitidos funcionários de todo tipo, de assessores a humildes servidores.

Já renunciou

O sr. Jânio Quadros não perde o hábito. Mandou fazer mais de trezentos cartazes de sua propaganda e espalhar pelas ruas. Na hora "h", renunciou a uns cem deles, talvez prevendo que não adianta botar cartaz na rua para quem já perdeu o cartaz há muito tempo...

Por falar em cartaz de rua: só com a produção (fotos, impressão, papel, etc.), dos cartazes, foi gasto um milhão de cruzeiros. E, com o aluguel dos espaços para os cartazes ("out-doors"), quatrocentos mil cruzeiros por dia, durante quinze dias. Total de tudo: sete milhões de cruzeiros! Dinheiro pra burro para quem já renunciou a tanta coisa...

Ao fim da viagem, Lula ganha a rosa e o pão

Uma notável solidariedade e muito interesse pela situação atual do Brasil, principalmente a dos trabalhadores, e uma clara disposição de maior intercâmbio de informações na área sindical e política: foi este o positivo resultado da viagem de Lula aos Estados Unidos e Canadá, em fevereiro, de acordo com o deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), que durante os dez dias acompanhou o presidente nacional do PT.

A ação das multinacionais

Logo no começo da viagem, em Nova York, conta Suplicy, Lula sentiu a importância de um maior intercâmbio de informações entre os trabalhadores de todos os países: ao fim de uma reunião com diversos dirigentes sindicais da Costa Leste, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e em Vestuário, um veterano sindicalista lembrou que a General Electric fecharia, dentro de alguns dias, uma fábrica de ferros elétricos na Califórnia, demitindo os seus 1000 empregados. Mas, ao mesmo tempo, a GE está transferindo a sua produção de ferros elétricos para fábricas no Brasil e em Cingapura. Caso essas fábricas tivessem sido abertas na Polônia, por exemplo, muito provavelmente o presidente Reagan não estaria dando tão forte apoio ao movimento de reivindicação dos trabalhadores que lá fizeram greve, completou o sindicalista.

Na capital dos Estados Unidos, Washington, Lula visitou alguns congressistas, entre eles os deputados Walter Frontoy e Mickey Leland, do Núcleo Negro do Congresso, e o senador Edward Kennedy, a quem expressou a necessidade de o Partido Democrata levar adiante a defesa dos direitos humanos e impedir que o atual governo dos Estados Unidos prosseja na sua política de apoio aos regimes autoritários.

No Canadá, um partido com trabalhadores

Em Toronto, no Canadá, Lula foi apresentado aos 2000 delegados que participa-

vam da sessão plenária da convenção de Novo Partido Democrático: "Com o presidente da União dos Trabalhadores em Indústrias Automotobilísticas do Canadá, Bob White, também da direção do Novo Partido Democrático, Lula constatou que a consciência política das principais lideranças sindicais do Canadá levou-as a participar ativamente da construção de um partido político".

No Canadá, ele também foi recebido pelo Congresso dos Trabalhadores Canadenses, Conferência dos Bispos Católicos, políticos e organizações de direitos humanos.

Em São Francisco, Califórnia, na Costa Oeste, o Sindicato dos Maquinistas organizou um encontro de Lula com alguns dos mais expressivos líderes sindicais daquela região, que depois foram vê-lo durante palestra na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e na Universidade de Stanford, "onde Lula foi especialmente aplaudido quando expressou sua solidariedade ao povo de El Salvador e de outros países latino-americanos reprimidos por regimes autoritários, apoiados por oligarquias e pelo governo Reagan".

No Encontro da Humanitas, entidade presidida pela cantora Joan Baez, realizado em Santa Rosa, também na Califórnia, Lula foi a maior expressão:

"Foi uma oportunidade rara — diz Suplicy —, na qual estavam juntos representantes da Índia, El Salvador, Irlanda do Norte, Guatemala, Chile." Finalmente, os integrantes do Centro de Informações do Trabalho no Brasil coordenaram, no final da viagem, em Nova York, uma homenagem que emocionou Lula:

"Ao ingressar no edifício do *New York Times*, — diz Suplicy —, Lula foi recebido pelos presidentes dos sindicatos dos trabalhadores daquele e de outros jornais de Nova York, que lhe entregaram uma rosa e um pão, os símbolos das lutas dos trabalhadores americanos: a rosa por melhores coisas para o espírito, e o pão para o estômago e por melhores situações materiais".

Situação no Amazonas favorece PT

O PT no Amazonas surgiu em dezembro de 1979. Em março de 1982 o Partido dos Trabalhadores já está organizado em 14 municípios, inclusive na região do interior com maior densidade eleitoral, como é o caso do Médio Amazonas, região de Parintins, Itacoatiara, Maués, as três principais cidades do interior, um colégio eleitoral com aproximadamente 50 mil eleitores.

O PT do Amazonas já conta com cinco mil filiados. Em novembro de 81 a Comissão de Nucleação e Filiação começou a trabalhar em ritmo acelerado e, agora, com a entrada do Senador Evandro Carneira esta tarefa ficou facilitada.

A análise da situação eleitoral do PT no Amazonas indica que, dos 450 mil eleitores cadastrados até o momento, com as natu-

rais dificuldades para o eleitor do interior votar, a abstenção poderá ser em torno de 30%. A intrínseca casuística do pacote do governo vai provocar muitos votos nulos, podendo afastar do páreo até 40% do eleitorado. Com isso, um governador poderá eleger-se no Amazonas com até 100 mil votos. Supondo-se que Evandro Carneira tenha perdido 50% de seus 90 mil votos do passado, ainda assim poderá contar com cerca de 45 mil votos. O PDS não tem grandes possibilidades no Amazonas, o PP-PMDB está enfraquecido com a incorporação, pois seus cabeças mais confiáveis foram para o PT. Se se multiplicar os filiados do PT por quatro (votos de família), esse Partido está hoje saindo para a campanha com um potencial de 30.000 votos e, até novembro, pode melhorar a situação.



Em debate a Carta Eleitoral

“A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de Executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular”. Este trecho da Carta Eleitoral, apresentada pelo Diretório Nacional, será um dos pontos do debate para cerca de 400 delegados que se reúnem, neste fim de semana em São Paulo, no Encontro Nacional, que deverá aprovar, além da Carta Eleitoral, a Plataforma Nacional para as eleições de 1982.

A Carta proposta, que faz uma análise da conjuntura atual e esboça uma tática eleitoral, considera a luta pela realização de eleições como “de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política”.

Ao definir os objetivos do PT nessa campanha, a Carta ressalta que, além do cumprimento das exigências legais, o Partido “se preocupa em fazer da campanha um período de fortalecimento em sua estruturação orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o PT em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos pelo movimento sindical e popular..., em combater a demagogia e o populismo”.

A tática eleitoral do PT, diz a Carta, “tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de participação direta na escolha dos seus representantes através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias”. E, por consequência, insiste em que o PT “sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é voto útil aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores”.

Na medida em que o PT pretende que a campanha represente, de fato, algo de novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros, a Carta avança em importantes linhas de definição. Estabelece, de saída, que “não haverá candidatos no Partido, mas sim candidatos do Partido”. O que significa que não haverá campanhas “desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido”. Nesse sentido, propõe-se uma série de critérios políticos para escolha dos nossos candidatos — num processo que já vem se desenvolvendo em vários estados.

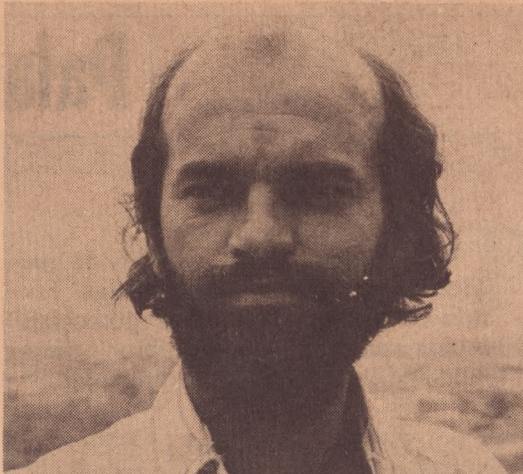
Na linha de uma campanha unificada, ela deverá ser feita “com base na Plataforma e na Tática Eleitoral definidas pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas”. Os candidatos, por sua vez, deverão comprometer-se com uma série de normas democraticamente estabelecidas, de modo que possamos evitar entre nós, como diz a Carta, “o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo e construir um Partido que mereça a total confiança dos trabalhadores”.

Só com esta maneira nova de fazer política, conclui a proposta de Carta Eleitoral apresentada pelo Diretório Nacional, “será capaz de efetivamente nos conduzir ao futuro brasileiro de justiça, igualdade e paz”.

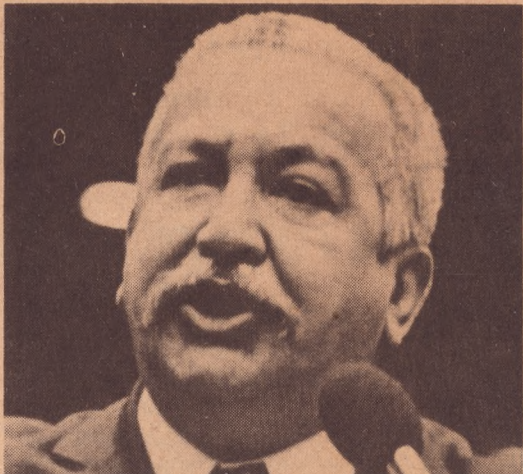
S.J. da Boa Vista

O 21 de março tornou-se um dia histórico em São João da Boa Vista, cidade paulista localizada a 220 quilômetros da Capital. Pela primeira vez, em 157 anos de existência do Município, dois trabalhadores são lançados candidatos para disputar a Prefeitura.

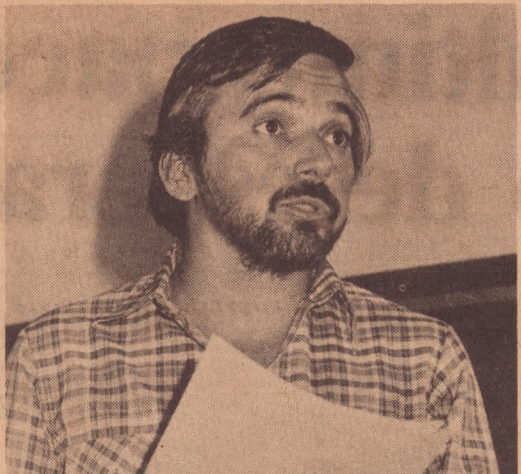
Josué Pita, trabalhador da Telesp, aposentado, e Augusto Júlio, operário, foram escolhidos na pré-convenção municipal do Partido dos Trabalhadores para concorrer aos cargos do prefeito e vice-prefeito, respectivamente, nas eleições de 15 de novembro.



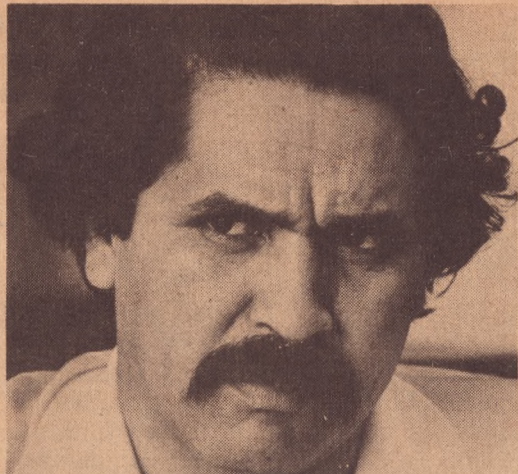
Athos Magno Costa e Silva



Evandro Carreira



Antonio Carlos



Olivio Dutra

Quem são os candidatos

Antes mesmo do surgimento dos diversos casuismos impostos pelo regime, e apesar dos que venham a surgir, o PT já havia definido a nível nacional que teria candidatos em todos os níveis, de vereador a governador, em todos os estados. Dando cumprimento a esta determinação partidária quase todos os encontros regionais já definiram seus candidatos majoritários. Além de Lula, Jacó, Hélio Bicudo e Lélia, candidatos de São Paulo, damos abaixo os nomes escolhidos em alguns outros estados.

GOIÁS

GOVERNO DO ESTADO

Athos Magno Costa e Silva será o candidato a governador dos goianos. Professor universitário de Teoria Política, antigo lutador das causas populares o que já lhe valeu um longo exílio, Athos atualmente é presidente regional do PT, do qual foi um dos principais organizadores.

O candidato a vice-governador será Parcival Moreira Coelho, trabalhador rural da região de Inhumas, velho combatente das duras lutas sindicais do estado de Goiás, pelas quais já foi inclusive preso. Parcival se destaca também como organizador do PT goiano.

SENADO FEDERAL

Para o Senado os companheiros indicaram Paulo Faria, agrimensor que participou ativamente da organização do PT naquele estado.

O suplente ao senado será o companheiro Athos Pereira da Silva, jornalista e antigo combatente das lutas populares em função das quais esteve também exilado pela ditadura militar. Atualmente é secretário de finanças do PT.

AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

O companheiro Senador Evandro Carreira será o candidato amazonense que

disputará pelo PT o governo daquele estado. Carreira é advogado e foi até 1964 várias vezes vereador pelo Partido Social Trabalhista, nesse mesmo ano abandonou a política, só voltando a se candidatar em 1974, dessa vez a senador pelo MDB, quando derrotou o candidato da ARENA, Flavio Brito (latifundiário e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura). Destacou-se pela defesa nacionalista de preservação da Amazônia, que segundo Evandro, deve ter seus recursos naturais explorados com conhecimento científico da Amazônia. Luta pelo reconhecimento de uma civilização própria da região, a qual ele chama de “Civilização Aquática”. Lutou contra a Transamazônica e previu os frequentes desastres fluviais por total falta de recursos da navegação. Foi autor do primeiro pedido de uma Comissão de Inquérito para o famigerado projeto Jari. Desenvolve, intenso combate contra o pacote florestal que prevê o contrato de risco para a Amazônia, o qual está embargando. Com relação ao projeto Carajás declara:

— “Estejam conscientes as multinacionais de que o povo brasileiro não referenda os contratos. Assim que esse país for uma democracia esses contratos serão rompidos unilateralmente pelos brasileiros.”

O candidato a vice-governador será o companheiro Francisco Nogueira, agricultor do município de Careiro. Plantador de abacaxi. Ex-presidente da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) do Amazonas. Líder rural, fundador e organizador de vários sindicatos no interior do estado. Membro do Diretório Regional do PT. Realiza muitas conferências sobre os problemas fundiários do Estado, alertando os trabalhadores contra o ITERAM (Instituto de Terras do Amazonas), que está recensando as terras do patrimônio privado municipal e estadual e já tem o controle, sobre as terras dos posseiros que a ocupam a mais de 150 anos, como no município de Careiro, e não fornece os títulos para seus legítimos proprietários, porque começa a entregar estas terras aos grandes grupos econômicos.

SENADO FEDERAL

Para o senado os companheiros do PT indicaram a companheira Marlene Pardo, assistente social, professora da Universidade do Amazonas. Há três anos Marlene desenvolve no estado trabalho junto a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária. Foi secretária geral da Comissão Provisória e grande organizadora durante a difícil fase de construção do PT no estado do Amazonas. Atualmente é membro do Diretório Regional.

Como suplente de senador foi indicado o companheiro Simpliciano Barbosa, agricultor do município de Humaitá. Líder religioso protestante da cidade. Muito conhecido em toda a área do Solimões onde trabalhou como seringueiro. Possui uma pequena gleba de terra em Humaitá onde produz farinha. O companheiro Simpliciano é um dos esteios da organização sindical nessa área.

M.T. DO SUL

GOVERNO DO ESTADO

O PT escolheu até agora apenas o candidato a governador, que é o companheiro Antonio Carlos de Oliveira, deputado federal, um dos primeiros a se juntar a luta dos trabalhadores na Câmara Federal. Sua candidatura, porém, está ameaçada por um casuismo especialmente feito contra o PT.

O interventor nomeado quando se criou o estado de Mato Grosso do Sul, o Sr. Harry Amorim, tendo em vista o fato do companheiro Antonio Carlos ser o deputado federal mais votado do Estado, fez constar na Constituição Estadual uma proibição às pessoas com menos de 35 anos de se candidatarem a governador. O companheiro Antonio Carlos, candidato com maior viabilidade no Estado, ainda não completou 35 anos. Pretendia o Interventor com isso beneficiar o deputado federal Levi Dias, do partido do governo.

O Sr. Harry Amorim, foi destituído da interventoria, ficou zangado com o governo e se passou para o PMDB, que aliás não difere muito do PDS. Dele sobrou apenas o casuismo especialmente feito contra o PT.

O PT tem consciência de que somos um país jovem e essa cassação branca atinge a imensa maioria de nosso povo, pois de cada 100 eleitores mais de 70 têm menos de 35 anos. A candidatura de Antonio Carlos é para valer, cabe ao regime impedi-la.

R.G. DO SUL

GOVERNO DO ESTADO

O candidato do PT gaúcho é um dos principais fundadores de nosso partido a nível nacional, exercendo hoje o cargo de vice-presidente nacional do partido. O companheiro Olivio de Oliveira Dutra é ex-presidente do Sindicato dos Bancários, cassado pelo Ministério do Trabalho, juntamente com Lula e outros sindicalistas, faz parte da liderança sindical mais autêntica do país surgida dos processos de luta dos anos 70. Foi processado pela Lei de Segurança Nacional (LSN), pelo “crime” de levar a prática as decisões de assembleias de trabalhadores. A candidatura de Olivio Dutra surge no Rio Grande do Sul como uma alternativa real para os trabalhadores gaúchos, cansados da política tradicional e populista que sempre imperou naquele estado. Olivio Dutra foi escolhido Político do Ano de 1980 pelo Clube dos Repórteres Políticos de Porto Alegre.

SENADO FEDERAL

O candidato a senador do PT gaúcho é o companheiro Raul Angluda Pont, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Raul desenvolve intensa participação na luta dos professores por melhores condições de vida e de trabalho através do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Professores.

Agenda dos Trabalhadores

A QUINZENA QUE PASSOU

14 DE MARÇO São Bernardo - SP	Os motoristas conseguiram uma vitória: as empresas de transporte da região agora são obrigadas a contratar cobradores.
19 DE MARÇO Santo André - SP	Motoristas do ABC começaram com assembleia a campanha salarial da categoria. A data-base é 1º de maio.
17 DE MARÇO Crisiúma - SC	1.500 mineiros entraram em greve devido ao não cumprimento de acordo salarial, anteriormente firmado, por parte da Próspera S/A.

A PRÓXIMA QUINZENA

1ª SEMANA DE ABRIL São Paulo - SP	Servidores estaduais e municipais vão fazer reuniões de avaliação da greve e planejamento dos próximos passos.
7 DE ABRIL São Paulo - SP	Julgamento final do PM Herculano Leonel, acusado de ter matado o metalúrgico Santo Dias da Silva.
16 DE ABRIL Brasília - DF	O Superior Tribunal Militar julgará o recurso dos advogados contra a condenação de Lula e dos sindicalistas do ABC.
EM ABRIL Campinas - SP	Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) para discutir as reivindicações dos trabalhadores e a formação da CUT.
21 DE ABRIL São Paulo - SP	Comício de abertura da campanha eleitoral do PT em São Paulo.

OS PRÓXIMOS MESES

1º DE MAIO No Mundo	Os trabalhadores comemoram sua data de lutas.
15 DE NOVEMBRO No Brasil	Eleições para governador, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador.



Trabalhadores, cuidado com eles

Aumenta o número de mortes sem julgamento

Em menos de três meses, a Polícia Militar de São Paulo já matou 110 pessoas. Metade delas atingida pelos tiros certos dos soldados da ROTA. Soldados que nunca são levados a julgamento pelo júri, como manda a Constituição para todo crime de morte. Nos inquéritos feitos pela própria polícia, as vítimas são sempre apresentadas como bandidos perigosos que resistiram à ordem de prisão, respondendo a tiros. Mas os soldados da ROTA não dão ordem de prisão. Atiram primeiro e perguntam depois. E quase nunca foram atingidos por tiros.

Quem são essas vítimas da ROTA? Muitos são assaltantes ferozes, mas a maioria são ladrões comuns, pés-de-chinelo, trombadinhas e trombadores, menores abandonados. E vários são trabalhadores, confundidos por essa polícia que não se preocupa em fazer perguntas antes de atirar para matar. Como os jovens irmãos Celso e Sidnei Paulino, mortos pela ROTA 9156 na segunda-feira de carnaval, na Zona Leste. Ou o metalúrgico Oséas Antonio dos Santos, de 28 anos, pai de quatro filhos, que morreu depois de resistir durante três horas aos soldados que cercaram sua casa atirando, à meia-noite do dia 16 de março.

A cada ano é maior o número de vítimas dessa matança organizada. A polícia matou 150 pessoas em 1980, e mais de 300 em 1981. Este ano, se o banho de sangue continuar no ritmo dos dois primeiros meses, haverá até dezembro mais de 600 vítimas. É mais gente morta do que na guerra civil da Irlanda do Norte. E isso num único Estado da Federação, e sem contar o número também crescente de vítimas dos Esquadrões da Morte, que também estão proliferando. Somente em Osasco, no início deste ano, foram atirados 30 corpos de vítimas dessas execuções secretas. E novos Esquadrões surgiram em fins do ano passado no Nordeste, e em inícios deste ano no Mato Grosso do Sul.

A escalada de violência nasceu com o "pacote de abril" de 1977, baixado pelo general Geisel, que abriu caminho para a impunidade total dos policiais. Junto com o "pacote", Geisel baixou uma reforma do Judiciário que deu competência à Justiça Militar Estadual para julgar crimes militares da PM, tais como a deserção, indisciplina. No ano seguinte, o Supremo Tribunal Federal decidiu que crimes comuns praticados por policiais no exercício de suas funções, como são os assassínios a tiros, também são "crimes militares."

A partir de então, os soldados passaram a ser julgados pelos seus próprios companheiros de farda e apenas um civil, o juiz auditor. Além disso, a Polícia Militar havia aperfeiçoado um sistema de distribuição de armas que impedia a identificação precisa dos autores de crimes, a não ser que o soldado quisesse confessar. "As armas são retiradas em lotes, impedindo a possibilidade de averiguar quem usou que arma em que circunstâncias. Nenhuma reconstituição das mortes da ROTA pode ser feita com rigor", diz um trabalho, agora publicado, do sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro.

O Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo recusa-se a fornecer o número de julgamentos de policiais da ROTA envolvidos em crimes de morte. Quantos foram levados a julgamento? Quantos foram condenados? Ninguém sabe, e quem sabe não diz. A verdade é que essa recusa em revelar o que deveria ser público esconde

o fato de que raramente os soldados da ROTA vão a julgamento, mesmo pela justiça de seus colegas de farda, e mais raramente ainda algum deles é condenado.

A ROTA, portanto, foi transformada conscientemente, numa máquina para a liquidação física de marginais. É a decretação da pena de morte, ilegal e sem julgamento, e que de cambulhada leva a vida de dezenas de pessoas que nem sequer cometeram crimes — e muito menos crimes graves. Mas para cumprir essa missão, a ROTA precisou ser preparada também psicologicamente. E como é este preparo?

Uma lavagem cerebral e um aticamento psicológico que já está transformando alguns desses soldados em feras humanas, segundo o padre Agostinho Duarte, um dos grandes conhecedores do problema:

"A PM está passando agora por uma fase de sadismo e sede de sangue, de histeria coletiva na corporação. Alguns elementos da PM já estão ficando fora de si, como acontecia com os torturadores nos tempos mais pesados da repressão política, e foram até tirados um pouco de circulação".

No começo do mês de março, devido a novas denúncias contra a violência indiscriminada da PM, feitas pela imprensa de São Paulo, o comandante da PM, coronel Arnaldo Braga, foi chamado a fazer um relatório ao famoso Grupo de Assessoria e Participação do governador Paulo Salim Maluf (GAP). Nessa reunião, fechada, o coronel Braga disse que a execução sumária de marginais é "quase uma reivindicação da população da periferia", e garantiu que "as mortes não iriam parar". Para satisfação dos membros do GAP do governador, o coronel Braga exibiu alguns resultados dessa política de eliminação de marginais: o número de assaltos na Grande São Paulo, que havia subido de cerca de 2

mil para 2.300 por mês, entre 1979 e 1980, caiu para menos de 1.700 em 1981.

A saída da reunião, o coronel Braga negou que a PM tivesse matado cerca de cem pessoas desde janeiro. "Foram mais de cem", disse ele. E mais uma vez se recusou a dizer quantos PMs foram julgados pela Justiça Militar e quantos foram condenados. "Eu sei, mas não sou eu quem vai responder".

Responsáveis

Serão os responsáveis pelos crimes da ROTA um dia levados a julgamento? Certamente que sim. E esses responsáveis não são os soldados, que cumprem ordens, mas seus superiores, que inventaram esse método de combate ao crime que viola direitos humanos fundamentais.

E quem são os responsáveis pelo que faz a ROTA?

Há pelo menos três linhas de responsabilidade direta. Em primeiro lugar a Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão do Exército, criado em 1967, como parte da política do general Castello Branco, de transformar as polícias estaduais, especialmente as antigas "forças públicas" em forças auxiliares de reserva do Exército.

Em segundo lugar a Corregedoria Geral da Justiça, órgão do Poder Judiciário que fecha os olhos não só a essa nova política de eliminação sumária em massa de criminosos, como também às torturas e outras violações de direitos humanos praticadas contra presos comuns.

E, em terceiro lugar, o Governo do Estado, através do governador Paulo Maluf, que nomeou o secretário da segurança, Otávio Gonzaga, e o chefe da PM, coronel Braga. São esses os responsáveis por essa política brutal e ilegal.

"Classe média apóia execuções"

O grande argumento do governo para justificar a matança que a PM está promovendo é que o povo é a favor. "A eliminação dos bandidos é uma exigência, principalmente da população de baixa renda, que odeia os assaltantes que roubam o pouco que eles têm", declarou o coronel Braga ao GAP do governador Maluf.

Mas a verdade não é bem assim. O povo hoje teme tanto os bandidos quanto a própria polícia. Muitos trabalhadores estão morrendo nesse fogo cruzado e uma pesquisa da Gallup, citada por "Isto É" em março de 1978, (antes, portanto, da ação policial atingir a ferocidade que atingiu) já mostrava que cariocas e paulistas tinham mais medo de serem presos pela polícia, do que o medo que tinham de serem assaltados.

Padre Agostinho Duarte desmente com energia a tese de que o povo quer as execuções.

"É mentira que na periferia o povo pede a ROTA. São tantos os casos de vítimas inocentes, que a periferia, ao mesmo tempo que quer mais policiamento, tem medo desse mesmo policiamento, porque ele é violento, desrespeitoso dos humildes. Quantos pais de família estão à noite tomando um trago num botiquim, e são abordados desrespeitosamente pela PM? E se reagem são esbofeteados. Às vezes destroem os documentos de um trabalhador e depois ele é encontrado morto."

"É a classe média que apóia as execuções"



Padre Agostinho

apesar de não falar. É uma classe farisaica, ou não falam nada ou falam pela metade. São os fariseus cristãos que estão se omitindo, apesar de saberem que essa matança é contrária aos princípios cristãos."

Julgamento do acusado pela morte de Santo

No próximo dia 7, na Auditoria Militar de São Paulo (rua Dr. Vilanova, 285) às 10hs, será julgado o PM acusado de haver assassinado o operário metalúrgico Santo Dias da Silva em outubro de 1979. O Comitê Santo Dias da Silva está encaminhando mobilização para acompanhar o julgamento, através de cartazes, da difusão e venda de um dossiê do caso e de um disco gravado pelo grupo Arrição, conjunto de música popular da Zona Leste.

A morte

No dia 30 de outubro de 1979, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em frente à fábrica Silvéria onde se realizava um piquete, um PM — depois identificado como Herculano Leonel — atingiu com tiros o operário em greve Santo Dias da Silva, membro da oposição sindical. Santo Dias havia, no ano anterior, concorrido pela Chapa III à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e era, ainda, membro atuante da Pastoral Operária.

Poucas vezes em São Paulo se viu uma manifestação popular como a ocorrida no dia seguinte, por ocasião do enterro de Santo Dias, quando se calcula que cerca de 100 mil pessoas, em solidariedade a seus companheiros e à viúva Ana Dias, desfilaram dor e revolta pelas ruas da cidade. A violenta repressão à greve continuou, e centenas foram presos e feridos. Os locais de encontros dos grevistas eram invadidos e até dependências da Igreja deixaram de ser abrigos seguros.

O Comitê

Essa greve, marcada pela violência, deixou vários saldos, entre eles o da



Santo Dias da Silva

formação do Comitê Santo Dias da Silva, que se organizou com o objetivo de exigir a punição da morte de Santo. Foi feita denúncia de assassinato, aceita após longo período de inquérito. No decorrer do inquérito o Comitê teve importante papel no sentido de evitar que se caracterizasse Santo Dias como subversivo e provocador.

Esse era o argumento de que a PM lançava mão para justificar o gesto do policial como de legítima defesa. O advogado que inicialmente acompanhou o inquérito foi José Carlos Dias, da Comissão Justiça e Paz. Posteriormente foi substituído por Luís Eduardo Greenhalgh, da Comissão de Direitos Humanos. Enfim, foi instaurado processo tendo como réu o PM Herculano Leonel, como autor dos tiros, em julgamento no próximo dia 7.

Passo a passo, o ensino oficial e muito bem pago

Laurindo Leal Filho

Uma surpresa para os estudantes das universidades públicas na volta às aulas: os preços das refeições nos restaurantes universitários subiram tanto que em alguns casos chegaram a quadruplicar. Na Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, a refeição passou de 30 para 130 cruzeiros.

A novidade era decorrência de uma portaria ministerial que determinava a cobrança de preços diferenciados das refeições segundo um critério de carência elaborado pelo próprio MEC. Através dele apenas 48 mil, dos cerca de 400 mil estudantes de universidades públicas, seriam carentes e teriam portanto direito à alimentação subsidiada.

Tentando confundir a opinião pública e lançar parte dela contra os estudantes, o Governo voltou a usar o surrado conceito de "justiça social" para justificar a medida. Nada mais enganador. A alimentação gratuita (como já existe na Universidade Federal da Bahia), e não apenas subsidiada, é parte inseparável do ensino democrático. Junto com ele, também o transporte e a habitação devem ser garantidos pelo poder público durante o período em que o estudante, justamente para poder estudar, não pode exercer uma atividade remunerada.

A combinação do estudo com o trabalho, nas condições em que é realizada pela maioria dos estudantes brasileiros, é um desvio que não pode ser transformado em regra, sob pena de termos cada vez mais estudantes de meio período que se acabarão transformando em meio profissionais. Pode-se imaginar o alto custo social dessa semi-formação, consequência da falta de condições oferecidas para que o estudante possa dedicar todo o seu tempo ao aprendizado.

A reação dos estudantes à implantação da portaria ministerial foi firme e vigorosa. Dezenove restaurantes universitários em todo o país foram invadidos e posteriormente fechados por determinações MEC. Muitos reitores mostraram-se constrangidos, impondo a medida a contragosto. Alguns chegaram a admitir que tinham verbas para manter os preços nos níveis atuais, mas viam-se obrigados a cumprir a ordem superior.

Nessa contradição entre os dirigentes universitários e o MEC é que se explica o alcance da medida. Além dos efeitos sociais negativos já mencionados, a cobrança através de preços diferenciados das refeições faz parte do plano mais geral do governo de se desobrigar por completo dos seus compromissos com a Educação.

O critério usado para estabelecer quem tem direito à alimentação subsidiada não se esgota aí. Com ele está definida a forma de cobrança dos demais serviços prestados pela Universidade, como o uso de bibliotecas, de laboratórios, do expediente das secretarias etc. E, dentro de pouco tempo, esses critérios passarão a valer também para a cobrança de taxas e mensalidades escolares.

Dai a grita geral dos estudantes. Eles sabem o que vem pela frente. Para não interromper a sua carreira militar, o general Rubem Ludwig deve deixar o Ministério durante o segundo semestre deste ano, não sem antes concluir seu ambicioso projeto de reestruturar a Universidade. A toque de caixa ele já queria ter feito isso ao final do ano passado, quando foi impedido pela mobilização dos professores em greve, que conseguiram um adiamento até julho.

Neste momento, os laboratórios do MEC devem estar funcionando a todo vapor, na tentativa de apresentar, com cara nova, velhas propostas para a Educação, formuladas na década de 60 e que têm apenas um objetivo central: a privatização do ensino superior. A tentativa de transformar as universidades autárquicas em fundações no ano passado e agora a cobrança diferenciada das refeições nos restaurantes universitários são duas etapas do mesmo processo.

Aí estão, no entender do governo, os dois agentes financiadores da Universidade: o estudante e a iniciativa privada. Transformada em fundação, a universidade teria "autonomia financeira" para captar recursos. Sem os do Estado, seus reitores travestidos de vendedores sairiam à cata do dinheiro, oferecendo os serviços de sua "empresa".

Mas manter uma Universidade sem recursos públicos não é fácil. O dinheiro do estudante, por mais alta que seja a mensalidade, não dará nem para pagar os custos da burocracia que deverá ser criada para cobrá-la. A escola superior particular, que vive do dinheiro dos alunos, só dá lucro por não ser universidade (embora algumas tenham a coragem de usar essa palavra para se autodenominar). Elas não têm nenhum compromisso com qualquer projeto educacional sério, com a pesquisa, com a capacitação de docentes, com a prestação de serviços à comunidade, enfim com qualquer das características que tornam a Universidade uma instituição social importante. Tudo isso é substituído pela busca desenfreada do lucro.

Excluído portanto o bolso do aluno como mantenedor da Universidade, restará aos seus dirigentes "vender" serviços à iniciativa privada. Entra dessa forma em pleno vigor a "autonomia financeira" da instituição, cujo preço será o fim do pouco que resta de "autonomia acadêmica".

A partir daí a orientação da Universidade passará a ser dada pela lógica do capital. É possível imaginar a discriminação que sofrerão determinadas áreas de ensino e pesquisa voltadas para o estudo das questões sociais. Mais do que agora, a Universidade "reestruturada" ficará ainda mais próxima dos interesses do grande capital — que a financiará — e muito mais distante dos interesses da classe trabalhadora, aliada de vez da produção e da aplicação do conhecimento gerado na Universidade.

A barra do desemprego ainda vai engrossar

Desemprego é coisa que nunca faltou no Brasil. Dos 40 milhões de brasileiros em idade de trabalhar, nem metade tem carteira assinada ou qualquer outro tipo de vínculo com um emprego. Desse enorme grupo, uns poucos trabalham por conta própria e a grande maioria vive de bico, sem emprego fixo, fazendo os biscates que consegue arrumar. No ano passado, porém, o problema ficou ainda mais sério. Com a recessão que se instalou no país, mais de 1 milhão de trabalhadores, só na indústria, perderam suas vagas. Eles foram se juntar aos quase 2 milhões que tentaram e nem sempre conseguiram ingressar no mercado de trabalho, formando um exército de 3 milhões de desempregados — sem contar o pessoal da construção civil e de outros setores não industriais.

Em 1982, outro milhão e meio de trabalhadores estarão chegando ao mercado de trabalho. Também para eles as vagas não serão suficientes. Apesar das promessas de Brasília, mesmo com eleições, a economia brasileira atravessará mais um ano de crise. O próprio governo, por meio do Ministério do Trabalho, estima que 1,5 milhão de trabalhadores vão bater às portas do Sistema Nacional de Emprego (Sine) até o final do ano. E é ainda o próprio governo que acredita não ser possível arranjar recolocação para mais de um terço desse pessoal.

O governo diz que a culpa é da crise do petróleo e da recessão mundial, mas essa história já não cola mais. Mesmo que fosse verdade, por que os trabalhadores é que devem pagar o pato? O governo também diz que o desemprego está sendo provocado pela lei salarial. Ora, isso já é demais. Só quem não entende nada acredita que baixando os salários as demissões acabam. A lei salarial não é nenhuma maravilha. Quando muito ela repõe o poder aquisitivo dos trabalhadores das faixas mais baixas — e mesmo assim logo a inflação come o reajuste. Nos custos das empresas, os salários pesam cada vez menos e nem por isso os patrões deixam de mandar embora seus operários. Eles dispensam os operários porque caiu a venda dos produtos que fabricam — e quem prestar atenção vai ver que a venda caiu, entre outros motivos, porque os salários estão baixos.

A verdade é outra. A recessão da economia é a causa do desemprego. E essa recessão está sendo provocada pelo governo porque ele não tem coragem de enfrentar os credores da dívida externa. Essa dívida cresceu tanto que os banqueiros colocaram o governo na parede. Ou o Brasil arrumava dólares para pagar o muito que já devia ou não teria mais empréstimos para cobrir a dívida. As autoridades, então, deram um tranco na turma que comprava muito no exterior ou produzia coisas que usavam artigos importados. Automóveis, por exemplo, que bebem petróleo. Ou eletrodomésticos, que utilizam plásticos, também produzidos com petróleo, cobre, alumínio etc. — tudo coisa importada. Para não vender tantos automóveis, geladeiras e televisores, arroucho-se o salário da classe média que consumia tudo isso. Resultado: desemprego de operários, empobrecimento da classe média.

Ao lado do governo, os patrões também devem ser responsabilizados pelo desemprego que afeta a classe trabalhadora. Eles estão interessados em promover a rotatividade da mão-de-obra, pois essa manobra permite manter os salários baixos. Isso sem falar no sistema de trabalho vigente nas fábricas e escritórios, que obriga o trabalhador a aumentar sua jornada de trabalho em troca de miseráveis horas extras. Com isso, as empresas driblam alguns custos sociais ao preço de um incontável número de empregos.

Juntamente com esse expediente, os patrões passaram a utilizar um outro, aproveitando a recessão provocada pelo governo: há indícios fortes de que eles estão demitindo mais operários do que poderia fazer supor a queda na produção. Fazendo uso do fantasma do desemprego, os patrões estão promovendo um aumento de produtividade movido pelo combustível do medo. Trabalha-se além da conta para garantir o posto. Prova disso é o aumento no total de acidentes do trabalho, registrado em vários departamentos assistenciais de sindicatos. O trabalhador dá mais do que pode, vai para o trabalho até com febre e, para não perder a vaga, perde até a saúde.



Para os trabalhadores, a espera

Os vários interesses em jogo

Bilhões da Copa pagos pelo povo

No dia 14 de junho próximo, na cidade de Sevilha, Espanha, a Seleção Brasileira de Futebol estréia na Copa do Mundo, enfrentando a equipe da União Soviética. Uma das seleções mais perigosas desse Mundial. Nossos cartolas chegam a arriscar palpites grandiosos: "O Brasil ganha e se os russos não se cuidarem, de goleada".

Afinal, o que querem dizer é que ninguém segura um escrete que tem Valdir Perez, Zico, Cerezo e Sócrates. E quem duvida disso? Eles não duvidam. Mas nós que sabemos que otimismo em exagero sempre sobra, e que guardamos em nossa memória as derrotas de 1966, 1974 e 1978, preferimos segurar um pouco as pontas.

E acreditar apenas o suficiente. Tem muita gente que acredita. Também, pudera: a propaganda em cima da Seleção e da Copa do Mundo é tão grande que nem dá para entender. As emissoras de rádio e de televisão já há muito tempo estão colocando no ar os seus programas sobre a Copa. E a Rede Globo, que pagou quase 2 milhões de dólares pelos direitos exclusivos de transmissão ao vivo dos jogos, está segura de que o retorno de seu investimento será o melhor possível. As emissoras concorrentes estão em pânico. Querem também ter o direito de transmitir as imagens ao vivo. A Globo não cede e já tem gente apostando numa intervenção do Governo para dividir o bolo. Mas que bolo é este? "Imagens gratuitas para o querido telespectador?" Coisa nenhuma. Imagem dos jogos para poder vender publicidade em cima delas — de uisque, cigarros, refrigerantes e outros produtos vendáveis.

Mas esse é só um dos aspectos da participação do Brasil no Mundial do Futebol. Faz mais de dois anos que a Seleção está mobilizada, treinando e jogando sob as ordens de um técnico considerado competente — Telê Santana. Este, por sua vez, apesar de sua propalada

competência, trabalha em função do que determinam os cartolas mais poderosos do Brasil, encastelados na CBF — Confederação Brasileira de Futebol e capitaneados pelo presidente Giulite Coutinho.

"O esforço é grande demais, mas vale a pena" — é o que dizem os cartolas e quem acredita neles. Realmente, não há como negar tanto empenho. Mas quem é que pode garantir que o time que está aí é o melhor que poderíamos ter formado? Ou que a forma de preparação escolhida foi a mais adequada? Ou, ainda, quem pode garantir que somente gastando o dinheiro que se gastou poderíamos formar um time com a qualidade desse que vai para a Espanha? Como confiar na opinião de cartolas que vivem brigando para colocar os jogadores de seus clubes na lista dos convocados para a Seleção, na esperança de que os seus passes continuem aumentando o seu valor? O próprio Sócrates, hoje um titular inquestionável, declarou em 1978 que só não tinha sido convocado para a Seleção do Capitão Cláudio Coutinho porque não jogava em time grande. E — aqui também vale recorrer à memória — todo mundo sabe da pressão que os jogadores realizaram em 1958, na Suécia, para que Pelé fosse escalado no quadro titular.

O dinheiro que a CBF está investindo na Seleção, há dois anos, é de deixar qualquer um impressionado; talvez alguns bilhões, segundo estimativas mais modestas. Esse dinheiro vem da Loteria Esportiva, das porcentagens de rendas cobradas aos clubes pela CBF e do Governo. Trocando em miúdos, vem do nosso bolso. Do bolso de quem é chamado apenas para assistir os jogos, torcer pela seleção, festejar a vitória se ela acontecer e amargar a derrota calado, caso apareça uma outra Argentina pela frente.



A seleção brasileira leva os cartolas a apostarem alto

Tribuna Livre

O PT e a Chamada Realidade Brasileira

Márcio Souza

Talvez o Partido dos Trabalhadores não entre para a História do Brasil apenas porque está sendo uma criação concreta dos trabalhadores desse país. Por certo que esta característica inédita, numa tradição política que sempre esteve nas mãos ou das "elites" ou da classe média, represente seu ímpeto principal, sua força maior. Mas este fato novo que é o Partido dos Trabalhadores começa a gerar uma perspectiva tão completamente impar, que a ambição de ser um partido de massas capaz de mudar a correlação de forças só tende a ampliar o desafio.

É que um partido de massas, sob a direção dos trabalhadores, fazendo um corte de classe no espaço ciosamente reservado à esgrima eleitoral da classe dominante, tende a romper completamente o velho jogo político nacional, num período de tempo pequeno e com uma velocidade jamais suspeitada. Acrescentem-se as circunstâncias em que nasceu o PT, gerado num período particularmente autoritário e a partir do centro de lutas do setor mais avançado do operariado do país, e teremos uma idéia aproximada do significado de tudo isto.

Pela primeira vez há na cena política um partido que está exigindo a transformação da sociedade brasileira, sem carregar o estigma da inconfidência mineira ou a marca da conjura tenentista, isto é, o PT entra na frente de luta sem o travo amargo do radicalismo infantil da classe média, e, o mais importante, sem escoras teóricas, que mais refletem o solipsismo de certas tendências esquerdizantes agastadas com a crônica inabilidade de intervir nos processos políticos.

A semelhança entre o Partido dos Trabalhadores e as tendências tradicionais de esquerda no país acabam aqui, na exigência de transformar a sociedade brasileira. A natureza de partido de massas, agindo à luz do dia e sem os incômodos e as vantagens da clandestinidade, lançou o PT no plano nacional, jogando-o no embate do hoje, na sofreguidão das reivindicações populares, mais do que na elaboração teórica do amanhã. Esta intimidade com o cotidiano é desconcertante para a esquerda tradicional, pois a preocupação maior da esquerda tem sido destilar certezas futuras modeladas a partir de arquiteturas teóricas que geralmente derraparam seguidamente no contágio com as massas. E como estas certezas destiladas tão diligentemente não

Márcio Souza, escritor, é autor dos romances "Galvez, Imperador do Acre" e "Mad Maria", membro do Diretório Nacional do PT e Vice-Presidente do PT no Estado do Amazonas.

encontraram nas massas a resposta que aparentemente mereciam, as esquerdas passaram a desenvolver a ilusão de que o cotidiano, o hoje, não estava na massa refratária e alienada aos seus esforços teóricos, mas no patamar mais elevado do jogo político das cúpulas. É a síndrome da inconfidência mineira da esquerda brasileira, sempre em busca de uma derrama para propor a sua conjura, ou, ao ruir frente à repressão, junta os cacos e novamente destila seus modelos, já prevendo que o melhor do Tiradentes era mesmo a reforma do Canal do Mangue.

Modelos teóricos e certezas à parte, a outra peculiaridade do PT, em sua condição de partido do hoje, do agora, é o seu caráter nacional, espraiando-se como organização de massas em todo o território nacional. Evidentemente que as esquerdas sempre se consideraram nacionais, porque livres da pressão do cotidiano, era mais fácil ser nacional sem ter o compromisso de atuar no ontem, o hoje e o futuro, ao mesmo tempo para a classe operária paulista e para um seringueiro acreano. Os modelos teóricos, de olhar virado no socialismo do pretérito futuro, fizeram e fizeram uma realidade nacional que nunca conseguiu escapar do gueto urbano, sulista e acanhado demais para a complexidade do país. O PT, ao romper em todo o território nacional, contrariando as suposições, derrubando os obstáculos, mostrou a urgência de se conhecer verdadeiramente a realidade brasileira, na diversidade do cotidiano de todas as lutas regionais, para finalmente compor a partir do fundo dessas pequenas realidades a contextualidade e a contingência da transformação a que se propõe.

O conceito de "realidade brasileira", introduzido no debate político de nosso país após a chamada redemocratização do pós-guerra, de tanto uso e abuso, já se tornou uma figura de retórica, fecho dourado de discurso e anêmico enunciado ideológico. A "realidade brasileira", e seus derivados, algumas vezes se confundiu com o sarampo industrial dos anos 20 em São Paulo, outras vezes com a ilusão de que o Araguaia era a Sierra Maestra, quando não se chegou ao cúmulo de imaginar que o Brasil era uma espécie de China tropical com seus mandarins e importadores de ópio. Isto na prática fez com que se cristalizassem certos dogmas implícitos, como a recorrente teoria da frente única, ou suas diversas metamorfoses, mas sempre nas mãos da burguesia, o que deu à esquerda outra síndrome, que na falta de melhor metáfora é possível classificar como mania de Linha Maginot, só que de ponta cabeça, pois a própria Linha Maginot descia para o fundo da terra e por aqui ela sempre andou querendo deitar raízes no céu. Esta "realidade brasileira", com vocação de *pré-à-portier*, tem seu consumo num mercado tão restrito, que algumas de suas bandeiras, como a da Assembléia Constituinte,



A vacinação regular pode acabar com muitas doenças

Saúde melhor só virá com participação

Todos os jornais e estações de televisão deram a notícia: trabalhadores que carregavam um perigoso produto químico, que ficou conhecido como o "pó da morte", morreram no Rio de Janeiro por não saberem do risco que corriam ao fazer aquele trabalho e por não estarem usando nenhum equipamento que os protegesse.

Por que acontecem coisas como esta no Brasil, todos os dias? Este foi um dos assuntos discutidos no I Encontro Estadual de Saúde, organizado pela Assessoria de Saúde do PT em São Paulo, que fez uma série de recomendações, inclusive a respeito de problemas como o do "pó da morte". Por exemplo: as empresas deveriam ser obrigadas a informar seus empregados sobre as condições de insalubridade de seu ambiente de trabalho ou de periculosidade das substâncias que eles manejam. Essa obrigação existia antigamente, mas hoje exige-se um "parecer técnico" que está fora do alcance da maioria dos empregados.

Além desta, outras recomendações foram feitas pelo Encontro de Saúde, que reuniu 120 pessoas (a maioria trabalhadores da área de saúde) nos dias 13 e 14 de março último. Foi proposto, por exemplo, que as leis trabalhistas garantam estabilidade ao trabalhador que fizer denúncias contra más condições de trabalho e ofereçam real proteção ao cipeiro para que ele possa desenvolver com segurança as suas tarefas.

É claro que as proposições não ficaram apenas nas idéias para mudar leis. Os que participaram da reunião sabiam que simples modificações na legislação nunca garantiriam nenhuma conquista para o trabalhador. Por isso, grande parte das conclusões do Encontro foi dedicada à necessidade de se organizar a população para interferir mais nas decisões referentes às questões de saúde.

A questão da previdência social é um desses casos. O controle da gerência do sistema previdenciário pelas pessoas que se utilizam dele foi defendida pelo Encontro. Claro que isso não vai acontecer da noite para o dia, principalmente num regime autoritário como o nosso. Então, é fundamental que se apóie todos os movimentos populares que sejam organizados na área da saúde.

A questão dos medicamentos

Outro problema grave que foi abordado pelo Encontro de Saúde do PT de São Paulo foi o dos medicamentos. Os participantes sugeriram que seja feita uma lista básica de medicamentos, aqueles que realmente são necessários para a população e que deveriam ser produzidos pelos laboratórios oficiais, para que pudessem ser vendidos por preços mais baixos.

Ao mesmo tempo, deveria ser exigido um controle rigoroso para impedir a venda de medicamentos nocivos e que são fabricados pelos laboratórios multinacionais. O Encontro também recomendou o incentivo à pesquisa para que se possa eliminar a dependência de conhecimento que o Brasil tem em relação aos países desenvolvidos e para que os remédios populares possam ser melhor conhecidos e, talvez, incorporados aos hábitos de toda a população.

Um capítulo especial foi reservado ao caso da saúde mental. O Encontro recomendou que as internações por motivos de doença mental sejam feitas apenas em último caso e que as condições de atendimento nos hospitais que tratam desses problemas sejam humanizadas. Uma outra sugestão é que a rede de ambulatórios junto aos Centros de Saúde e postos do INAMPS seja ampliada para se evitar internações desnecessárias e repetidas.

As péssimas condições de trabalho a que estão submetidos, em sua maioria, os funcionários dos hospitais de doenças mentais foram também denunciados. E a última proposição nesta área foi a de que sejam desenvolvidas práticas para prevenção da doença e promoção da saúde mental nas comunidades, escolas, creches, lares, locais de trabalho, sempre com a ampla participação da população.

Salário e saúde

Apesar de toda a propaganda do governo, a verdade é que o quadro geral da saúde do brasileiro é muito triste: 15 milhões têm esquistossomose, 10 milhões são doentes mentais, 6 milhões são excepcionais, 14 mil morrem a cada ano por causa do tétano, 200 mil têm lepra e um brasileiro morre de tuberculose a cada hora. E quase todas essas doenças já são perfeitamente controláveis através de vacinação regular e sistemática, saneamento básico e educação sanitária.

Este quadro, contudo, só vem confirmar aquilo que todos já sabem: um regime econômico e político que concentra riqueza e poder nas mãos de uns poucos só pode resultar em péssimas condições de vida para a maioria. O relatório final do Encontro Estadual de Saúde do PT de São Paulo chegou a essas conclusões.

É claro que com os salários de fome que se paga ao trabalhador e com sua superexploração desde pequeno nas empresas, o índice da desnutrição teria que ser enorme como é: 40 milhões de brasileiros (dos quais 12 milhões são crianças) estão subnutridos. E a concentração de todas as doenças é muito maior nos Estados mais pobres e na periferia das grandes cidades, exatamente, onde o atendimento médico e sanitário é mais deficiente.

Tudo o sistema médico e previdenciário, por sua vez, está voltado para o incentivo à iniciativa privada. O atendimento nos hospitais particulares recebe todos os privilégios e a medicina preventiva fica sempre com as migalhas dos orçamentos públicos. Os serviços de saúde são centralizados e distribuídos conforme os interesses das classes dominantes e têm como um de seus objetivos a manutenção e reprodução da força de trabalho e o controle do nível de produtividade do trabalhador.

ASSINE O Trabalhadores

Assinando o JORNAL DOS TRABALHADORES, você economiza!

- ☐ Cr\$ 1.000,00 por vinte e quatro números
☐ Cr\$ 500,00 por doze números

Nome:

Endereço:

Profissão: Idade: CEP:

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal em nome de PERSEU ABRAMO. Remeta para JORNAL DOS TRABALHADORES - ASSINATURAS - Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, CEP: 01318, São Paulo - SP.

Golpe de classe

José Álvaro Moisés

1964: A Conquista do Estado
(Ação política, poder e golpe de classe)
René Armand Dreifuss
Ed. Vozes, 814 pp., Cr\$ 1.900,00

Não deixa de ser surpreendente que um livro tão caro e ao mesmo tempo tão grande como este tenha provocado tanto interesse em nosso país que, como se sabe, ainda convive com uma vasta legião de pessoas que não sabem ler e onde, segundo tudo indica, predomina uma cultura de base essencialmente oral. Por que o livro de Dreifuss chegou a causar tanta e tão ampla polêmica?

Sempre se poderia ser levado a crer que o êxito editorial do livro, cuja primeira edição já se esgotou há muito, se deva, precisamente, ao desenvolvimento de uma nova atitude de diferentes setores da sociedade brasileira quanto à chamada cultura escrita e, por consequência, quanto aos hábitos de leitura do povo. Afinal, os últimos vinte anos foram pródigos com o desenvolvimento do capitalismo; muita coisa mudou, entre nós, e a nossa população quase dobrou. Além disso, mais importante, as classes sociais — entre as quais a trabalhadora — se ampliaram, se desenvolveram e se organizaram, aumentando, portanto, o interesse dos seus membros em conhecer e entender melhor o país.

Tudo isso, certamente, é importante. No entanto penso que mais relevante é não esquecer que esse livro foi lançado no ano passado, isto é, em meio à mais grave crise social e política já enfrentada pelo regime militar brasileiro desde 1964. Ou seja, por coincidência ou não, o livro aparece exatamente quando, por força da sua realidade interna e, também, da sociedade de resistência popular, o regime autoritário se revela cheio de fraturas, coalhado de dissidências civis e militares e, ademais, face ao fim do "milagre" e dos rumos da recessão econômica, bastante carente de apoio, até mesmo dos empresários e da classe média, outrora tão confiantes nos chefes militares.

Em realidade, desde os seus primórdios, 1964 se apresenta como um "regime de crise" que, tendo vindo para tentar resolver, do ponto de vista das classes dominantes, certas contradições postas ao desenvolvimento do capitalismo, acabou por implicar repressão aos movimentos populares, amordacamento da sociedade civil e restrição, ainda maior, às já precárias liberdades democráticas existentes no país. Em uma palavra: 1964 configura um regime apoiado sobre a tutela militar, comprometido com a expansão das grandes empresas estatais, nacionais e multinacionais, prescindindo, além disso, de qualquer fato criador de consenso entre os governados.

Êxito e fracasso

Começemos por indicar, portanto, que o êxito do livro coincide com o reconhecimento do fracasso do regime que ele tenta analisar. Daí o seu interesse para a opinião pública. Se, partindo da crise do regime, o povo brasileiro parece querer entender o que foi, exatamente, esse flagelo que, malgrado a sua vontade, se abateu sobre ele nos últimos 18 anos, o livro vem bem a calhar: mostra que a chamada "revolução" de 64 não teve absolutamente nada de revolução.

Antes, ao contrário, foi resultado de uma estratégia contra-revolucionária preventiva, pela qual empresários, tecnocratas, intelectuais de direita e militares — o que Dreifuss chama "a elite orgânica" — "desestabilizaram" o governo reformista e progressista de João

Goulart, que, por razões próprias, estimulava a mobilização popular.

Dreifuss prova, com enorme profusão de documentos, que o IPES e o IBAD, entidades que articularam a reação contra Goulart e contra a ação dos sindicatos, em 1964, eram ligadas entre si, financiadas pelo capital local e estrangeiro e, além disso, se constituíam nos núcleos onde civis e militares se encontravam para gestar o golpe (mostra, por exemplo, a participação do gen. Golbery e da sua equipe).

O ponto discutível dessa obra, no entanto, se localiza na tese de que os militares foram menos importantes do que parece no golpe de 64. Para afirmar o caráter de classe (que quase ninguém nega, nem os autores), do movimento que derubou Goulart, o autor apela para uma explicação que, enquanto enaltece o papel histórico dos empresários e da burguesia, na prática, diminui, relativamente, o papel de gente como Castello Branco, Mourão Filho, Costa e Silva, Golbery, Geisel e tantos outros que vieram depois deles. Será correto, política e teoricamente, esse passo analítico?

Sim, penso que é correto localizar as raízes de classe do movimento de 1964 nos interesses burgueses. No entanto, se quisermos (como parece ser o caso) entender bem os rumos do regime, as suas vicissitudes internas, os seus chamados "desvios de rota" e, finalmente, o fato dele ter-se voltado, quanto à questão da intervenção do Estado na economia, contra muitos interesses empresariais, por causa do amplo processo de estatização, aí então, a análise precisa complicar-se.

Não basta dizer que 64 foi um golpe de classe. É preciso explicar porque, tendo sido assim, teve de apelar para o que eu chamo de "bonapartes fardados", os militares. Se, como parece indicar Dreifuss, os empresários foram ativos na preparação do golpe, por que perdem o bonde que os conduzia a dirigir, eles mesmos, o regime que foi criado no interesse da sua classe?

A natureza do Estado

Penso que seria necessário discutir (o que o autor não faz de modo satisfatório) a natureza do Estado, entre nós, para responder a essa pergunta. É evidente que, no Brasil e, mesmo, em outros países latino-americanos, operou-se, por assim dizer, um fenômeno de burocratização precoce do Estado Nacional, a partir dos anos 30. A principal consequência desse processo foi o conhecido fenômeno da corporativização da sociedade e do Estado, do qual, o corporativismo sindical é, talvez, o melhor exemplo.

Ora, nesse contexto (que é capitalista e é de classe) em que os militares sempre assumem o papel de grandes responsáveis pela tarefa de construir a Nação, impulsionando com a sua ideologia e com o seu "espírito de corpo" o desenvolvimento, não é de surpreender que, enfrentando um crescente processo de mobilização popular, requerido pela própria estratégia populista da época, os "bonapartes fardados" emergem como os garantidores da "ordem" e da "tranquilidade".

Como não tinham nenhum projeto específico para a Nação (o que é típico da situação descrita acima), os empresários e a burguesia em geral cedem o seu lugar e, a partir daí, contando já com a imensa autonomia política que a sua responsabilidade lhes outorgava no interior do Estado, os militares passam a ser os principais condutores das relações entre a sociedade e o Estado. Se é assim, por que tanta surpresa com o fato de o "golpe de classe" não ter feito rei (ou rainha) a própria burguesia em carne e osso?

Acróstico em verso

Oração aos Trabalhadores

O leitor Antonio Carlos Paes, de Bragança Paulista, nos enviou a seguinte colaboração:

Pai nosso, que estais no céu

Atendei as preces dos trabalhadores do Brasil, do mundo e de suas famílias sofridas,

Reparti o pão nosso de cada dia, negado hoje pelo mau patrão...

Tende piedade dos trabalhadores perseguidos, oprimidos, maltratados e injustiçados

Identificados nos nossos irmãos sofridos, presos, favelados, marginalizados e desempregados

Deus todo-poderoso, confiamos na Vossa justiça, infinita misericórdia e divina proteção;

Onde houver fome, dai o pão, onde houver desemprego, dai o emprego, negados hoje pelo mau patrão;

Deus todo-poderoso, confiamos na Vossa justiça, infinita misericórdia e divina proteção;

Onde houver desabrigados, marginalizados, favelados, daí habitação e a Vossa divina proteção;

Salvai-nos, ó Deus misericordioso, do mau patrão, para que haja salário justo para todos, sem discriminação;

Tende piedade de todos nós que sofremos injustiça, incompreensão e perseguição;

Reparti o pão nosso de cada dia, negado hoje pelo mau patrão;

Atendei as preces dos trabalhadores do Brasil, do mundo e de suas famílias sofridas;

Barnabés, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, bóias-frias e desempregados vos suplicam;

Atendei as preces dos trabalhadores do mundo todo e de suas famílias sofridas;

Legai o pão aos famintos, emprego aos desempregados, habitação aos favelados;

Hoje, infelizmente, estas necessidades prementes negadas pelo mau patrão;

Atendei as preces dos trabalhadores do Brasil, do mundo e de suas famílias sofridas;

Deus todo-poderoso, confiamos na Vossa justiça, infinita misericórdia e divina proteção;

Onde houver fome, dai pão, onde houver desemprego, dai o emprego, negados pelo mau patrão;

Reparti o pão nosso de cada dia, negado pelo mau patrão;

Esperamos e confiamos, Deus todo-poderoso, na Vossa Justiça, infinita misericórdia e divina proteção.

Salvai-nos ó Deus misericordioso, do mau patrão, para que em nossa mesa nunca venha a faltar o pão...

Um sério trapalhão

Lúcia Araújo

A secretária Sandra Ferreira arrisca-se a perder o noivo. Mas não abre mão de ficar em casa, no domingo, até as oito da noite. O "boy" Marcos Treverisso adia todos os seus planos dominicais para depois das oito.

Da mesma forma que Sandra e Marcos, um público calculado entre 15 e 30 milhões de pessoas faz uma opção unânime e fiel aos domingos das 19 às 20 horas: assistir a "Os Trapalhões".

As estripulias acabam no vídeo, mas o público pode mudar da sala de casa para a do cinema, pois o sentimento persiste. Tanto que o filme *Os Saltimbancos Trapalhões*, o último dos dezesseis filmes do grupo trapalhão, atingiu, em apenas três semanas de exibição, uma platéia de seis milhões de pessoas — um número inédito para qualquer produção nacional ou estrangeira.

"É humor para pessoas de oito dias até oitenta anos", assegura Sandra. E o cearense trapalhão Didi Mocó, ou seja, o trabalhador do humor Renato Aragão, confirma: "*Os Saltimbancos Trapalhões* conseguiu duplicar o público adulto em relação ao último filme". E o sucesso com as crianças não deixa dúvidas: "Elas vivem me contando que imitam as brincadeiras da TV e cinema com os coleguinhas nas escolas".

Ligação com o público

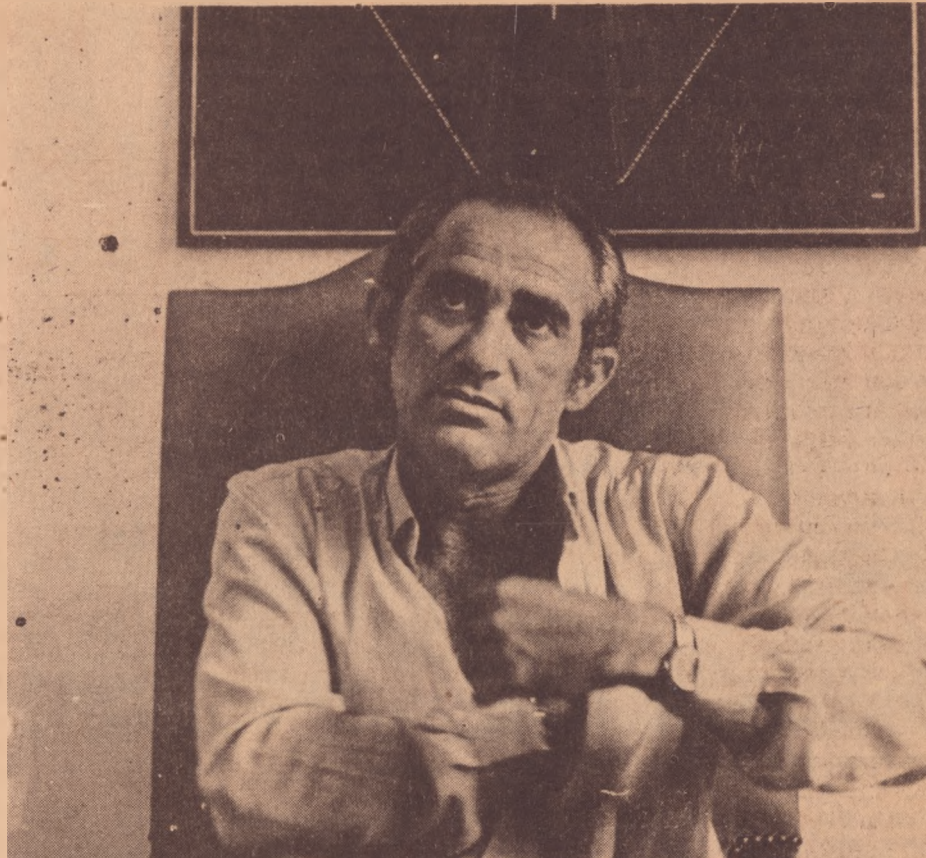
"Minha intenção é divertir", declara com firmeza Renato Aragão. Mas como entender a penetração indiscriminada de tantas palhaçadas? Ele também mostra segurança em relação a essa conquista: "A criança não quer professor. Quer chegar em casa e jogar os livros pro alto. E criança não é babaca, por isso não tem sentido um palhaço ensinando português. Como adulto, eu procuro brincar como ela".

Os pais, os tios e os avós das crianças também gostam de ver o programa. "É claro, o operário bate ponto a semana toda, está cansado e quer prolongar o domingo. Então, bota sua birita do lado, tira os sapatos e vai curtir *Os Trapalhões*."

Renato diz que, nas milhares de cartas "carinhosas" que recebe do público, ele percebeu que o trabalhador tem nele e no Dedé, Mussum e Zacarias, o seu próprio retrato. "Aquele que veio do Nordeste para a indústria do Éden, o trabalhador que quer um dia se dar bem. A gente passa alguma esperança."

No cinema, os trapalhões fazem um humor com enredo que sempre termina com final feliz. Os filmes de Renato Aragão têm duas razões de ser: "É uma forma de tirar a criança um pouco de frente da TV e um incentivo ao cinema brasileiro, pois ele precisa sobreviver. Por causa da TV, já fecharam três mil salas".

A preocupação com a criança vai mais longe: "Tiro a criança da TV porque a TV distorce a realidade e aliena a criança do Brasil infantil". Além disso, o papel do humor para esses palhações vestidos de adultos soma-se a uma disposição muito



Aragão: uma mensagem ao trabalhador

séria: "O povo, o trabalhador, a classe média baixa precisa rir e não tem onde. Então vai ao Maracanã ver Flamengo e Corinthians para estravas e esquecer, sem que isso seja alienação. Vê os Trapalhões, diverte-se e fica alerta para o Brasil".

Problemas de todos nós

Este alerta para a realidade do Brasil parece ter sido descoberto pelos trabalhadores, através das gargalhadas, muito antes do que a crítica especializada. "Sempre fui saco de pancadas. Consideravam-me alienante. O tabu foi quebrado quando pessoas de renome, como Millôr, Jaguar, Chico Anísio e Carlos Drummond disseram que gostavam da gente." Hoje, segundo Renato, o grupo faz a mesma coisa que fazia há cinco anos atrás. Mas, no decorrer dos quinze anos de existência dos trapalhões, o conteúdo atualizou-se, embora a forma permaneça a mesma.

"Foi por intuição", justifica ele, e já adianta seus novos projetos: "Agora estou filmando *Os Vagabundos Trapalhões*, também dirigido por Bardotti, que fala do menor abandonado, pois a criança abandonada vai construir ou distorcer o país e não adianta reprimir. Tem é que cortar o mal pela raiz".

Outro tema que sucederá o do menor é o conflito de terras, a grilagem, especulação em Serra Pelada (possivelmente *Os Trapalhões na Terra do Ouro*). "São dois assuntos gravíssimos. Enquanto os trabalhadores brigam para morar, os donos das terras moram no Rio e São Paulo. E o problema do menor é o maior do Brasil."

No entanto, para Aragão está claro que como humorista ele não pode resolver esses problemas. "Os políticos vão à TV para aparecer, enquanto no Nordeste, de cada

cinco crianças, quatro morrem antes de um ano. Eu posso contribuir à minha moda, mas o problema é de todos nós."

E o humor, para ele, acerta em cheio o trabalhador, que "vê as manchetes dos jornais falando em arrecadação de Imposto de Renda, incorporação do PP ao PMDB e, às vezes, não percebe a profundidade da coisa. Daí a gente vai e faz uma piada em cima do que está acontecendo e isso fica mais claro para as pessoas".

Humor e responsabilidade

O próprio movimento grevista do ABC provocou a criatividade do humorista. Ele pensa em fazer algo semelhante a *Tempos Modernos* (um dos mais famosos filmes de Carlinhos, um de seus inspiradores desde o início de sua carreira), "mostrando que atrás da automatização, das máquinas, do robô, existem seres humanos". Mas a idéia não foi completamente formulada.

Renato fica contrariado quando só festejam seu faturamento. "Eu trabalho muito. É um trabalho incessante de pensar, refletir a cada novo desafio e nunca vou me acomodar. Quanto mais faço, mais fico preocupado. A penetração, o sucesso com o público vão sendo maior e a minha responsabilidade com essa gente também."

Para os trabalhadores, aíás, ele manda um recado especial: "Gosto tanto dessa gente, do trabalhador, que se for falar só vai sair besteira. Eles merecem muito mais: meu total apoio, porque o Brasil depende do nordestino, do trabalhador e pensamento positivo para que eles lutem por aquilo que acham justo. Tem gente pegando carona na classe operária e faturando. Mas operário é personalidade igual a Chaplin. Tem que acreditar no trabalho e exigir o que é justo".

Pergunta e Resposta

O objetivo desta seção é responder as perguntas e dúvidas do leitor, sobre os mais diversos assuntos, que afetam diariamente a sua vida. Para fazer a consulta, o leitor deve escrever para o seguinte endereço: Jornal dos Trabalhadores — Seção "Pergunta e Resposta" — Travessa Brigadeiro Luís Antonio, 145 — CEP 01318 — São Paulo — SP.

Nesta edição, publicamos as seguintes perguntas e respostas:

Questões Trabalhistas

Como funciona o auxílio-desemprego?

O auxílio-desemprego está regulamentado em lei desde 1965. Funciona da seguinte forma: se vier a ser desempregado sem justa causa ou por fechamento total ou parcial da empresa, após 120 dias de contrato, o trabalhador tem direito ao auxílio-desemprego. Isso também ocorre no caso da empresa dispensar mais de 50 empregados no intervalo de 60 dias. O auxílio-desemprego corresponde a 80 por cento do salário mínimo regional vigente na data em que ocorre a dispensa. É pago mensalmente até o máximo de seis meses, a partir do mês seguinte à dispensa, quando o dispensado não tiver recebido qualquer indenização.

As condições necessárias para receber o auxílio-desemprego são as seguintes: o dispensado deve procurar o seu sindicato, que o encaminhará à Delegacia Regional do Trabalho. A DRT, depois de verificar a situação do dispensado, despachará o requerimento para efetuar o pagamento através da rede bancária.

O auxílio-desemprego é cancelado nos seguintes casos: 1) a partir da volta ao trabalho ou a qualquer atividade remunerada; 2) a partir do recebimento de qualquer benefício da Previdência, como aposentadoria, por exemplo; 3) a partir da admissão do desempregado em novo emprego; 4) na hipótese de reclamação trabalhista, quando o desempregado receber indenização superior ao auxílio; e 5) quando houver recusa do desempregado de aceitar outro emprego ou ser readmitido na mesma empresa. Em

todas essas situações, é indispensável que o desempregado procure sua entidade sindical para todos os esclarecimentos e providências.

Como é feito atualmente o desconto da Previdência Social?

Antes do novo pacote do governo Figueiredo, baixado em dezembro de 81, o desconto para todos os trabalhadores era de 8 por cento na folha de pagamento. Agora é feito da seguinte forma: 8,5 por cento para quem ganha até três salários mínimos regionais; 8,75 por cento para quem ganha de três a cinco salários; 9 por cento para quem ganha de cinco a dez salários; 9,5 por cento para quem ganha de dez a quinze salários, e 10 por cento para quem ganha acima de quinze salários.

Também antes do pacote os aposentados não eram descontados. Agora, sofrem descontos na seguinte proporção: 3 por cento para quem ganha até três salários mínimos regionais; 3,5 por cento para quem ganha de três a cinco salários; 4 por cento para quem ganha de cinco a dez salários; 4,5 por cento para quem ganha de dez a quinze salários, e 5 por cento para quem ganha acima de quinze salários.

Aluguel

Como são feitos os reajustes dos aluguéis?

Muita gente vem sendo enganada nesta questão do reajuste dos aluguéis. Os reajustes não devem ser feitos semestralmente, como muita gente diz. Os reajustes devem ser feitos anualmente, conforme contrato, com base nos índices de variação das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) fixados mensalmente e amplamente divulgados através do rádio, da televisão e dos jornais. Por isso, fique atento: quando chegar a hora de reajustar seu aluguel, procure saber o índice do mês da ORTN. Por exemplo: no mês de março, o índice foi de 94,1 por cento e, em abril, será de 91,7 por cento. Este não é, necessariamente, o índice com base no qual deve ser reajustado seu aluguel. É o limite,

ou seja, não pode passar disso. Se passar, é ilegal.

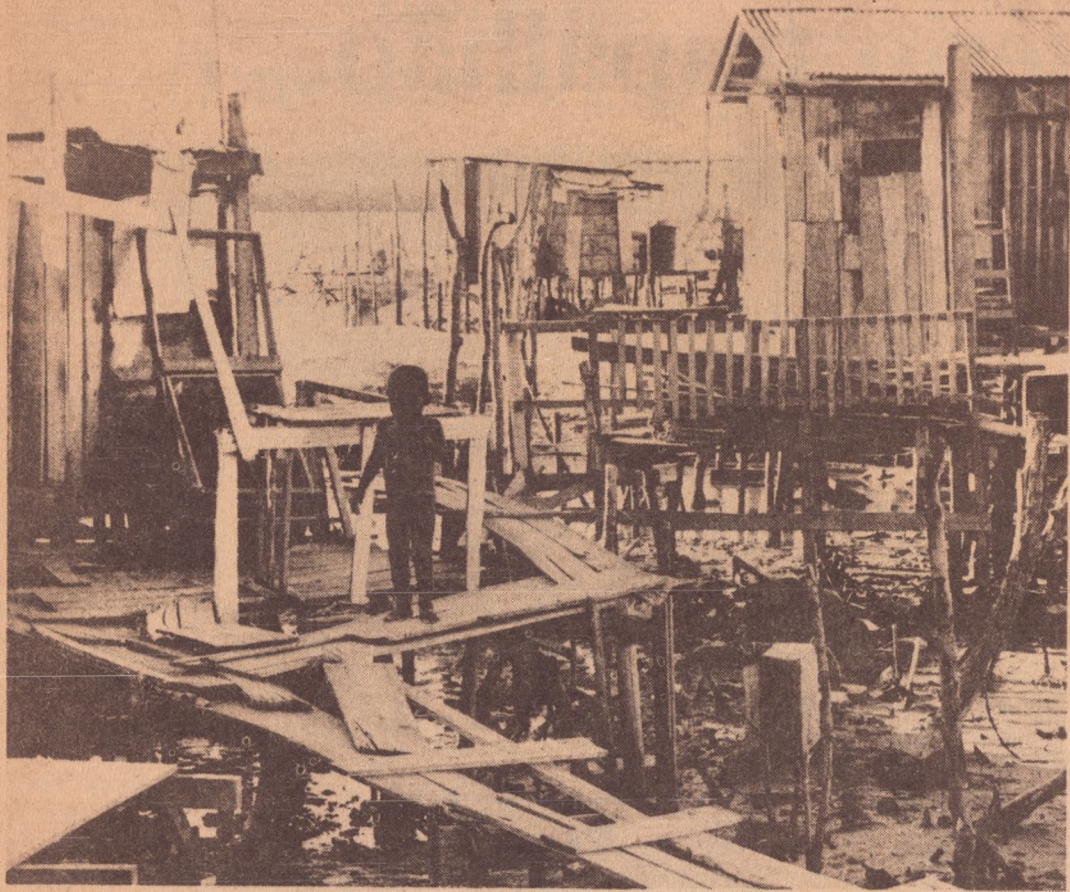
Partidos políticos

Até quando a pessoa deve estar filiada ao Partido dos Trabalhadores para ser candidato nas eleições de novembro?

As exigências são em dois níveis: os candidatos a deputado estadual, deputado federal, senador, governador e vice-governador, devem estar filiados ao partido até a data de seu registro definitivo o que, no caso, é 11 de fevereiro último, dia em que o PT recebeu o seu registro definitivo. Os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito, devem estar filiados ao partido até seis meses antes das eleições, ou seja, até o dia 15 de maio próximo. Outras exigências: os candidatos a deputado estadual devem ter dois anos de domicílio eleitoral. No caso municipal, os candidatos devem ter um ano de domicílio eleitoral. É importante esclarecer que a lei exige dos candidatos a vereador a idade mínima de 18 anos. Na verdade, o candidato a esse cargo eletivo deve ter 19 anos, já que ele adquire seu título eleitoral com 18 e a lei exige, para se candidatar, um ano, no mínimo, de domicílio eleitoral, contado a partir do momento em que o cidadão recebe o seu título, nesse caso específico.

O que ocorre nos municípios onde um partido ainda não tem diretório?

Se o partido tem comissão provisória e número mínimo de filiados exigido por lei, pode lançar candidato mesmo sem ter feito convenção. Essa convenção, porém, deve ser realizada dentro de 60 dias, a partir do momento em que o partido possui o número mínimo de filiados. Se o partido não tem diretório e nem comissão provisória no município não poderá, neste caso, lançar candidatos. A opção do eleitor, então, poderá ser votar somente nos outros cargos (deputado estadual, deputado federal, senador, governador e vice), deixando os cargos municipais em branco.



As péssimas condições de vida levam os favelados a se organizar

No último dia 11 de março, por determinação do juiz Norton de Souza Pimenta, cerca de 80 famílias pobres, sem lugar onde morar, tinham arrancados e destruídos pela polícia os barracos que haviam plantado no chamado Sítio Batalha, uma área adjacente ao Colégio Marista, situado na região mais nobre da cidade de Vila Velha, vizinha à capital do Espírito Santo.

A tragédia dos posseiros do Sítio Batalha apenas vem repetir, com uma monotonia desesperadora, um dos fenômenos de maior inquietação social das últimas décadas: a ocupação, por parte de uma população necessitada, de terrenos normalmente abandonados para fins de especulação — ou, como a polícia e o governo preferem chamar, as chamadas “invasões”.

Nos últimos oito anos, segundo um levantamento feito pela Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória — uma entidade vinculada à Comissão Justiça e Paz — mais de 100 mil pessoas foram diretamente envolvidas em conflitos de ocupação ilegal de terras na área urbana da Grande Vitória. Mais de 1,5 milhão de metros quadrados dos 39 mangues e 43 morros dos municípios da região tiveram plantados barracos, improvisados, toscos, por uma população que, apenas na região da Grande Vitória, vem crescendo a um ritmo de 6,4% ao ano (quando a média nacional é de 2,5%).

A área urbana em torno da capital capixaba, com uma população calculada em cerca de 720 mil pessoas, tem mais de 30% do total dos habitantes no Estado. Entre 1960 e 1980, segundo o último censo, a proporção de população rural e urbana foi drástica e tragicamente invertida: de 28% de habitantes urbanos, o Espírito Santo passou a ter mais de 60%. As propriedades

fundiárias rurais diminuíram, entre 1970 e 1975, de 70 para 60 mil, enquanto a extensão de suas áreas aumentava em cerca de 200 mil hectares.

Ousar ganhar

Tem razão Geremias Clarindo, o cantor da luta dos posseiros do Sítio Batalha: a luta dos “invasores”, acima de tudo, é uma luta pelo direito a “também ser gente”. É uma luta difícil, sórdida por parte dos latifundiários urbanos para quem o único direito que conta é o direito à propriedade privada. E é contra esse gigante, que é o próprio capitalismo, que investem os posseiros urbanos.

Dom Luiz Gonzaga, ex-bispo auxiliar de Vitória, sintetizou a luta pela terra nestas palavras:

“Marginalizada no campo, marginalizada na cidade, marginalizada no próprio trabalho, não resta a essa intensa massa de deserdados suburbanos outra alternativa que a aventura de ousar conquistar, perigosamente, em investida coletiva, um palmo de chão deste imenso e paradoxal Brasil.”

Alguns ousam e conquistam.

É o caso, por exemplo, do Bairro de São Pedro, ex-“invasão” de São Pedro, localizado num mangue da periferia de Vitória. Hoje, São Pedro tem água, tem luz, tem escola e até tem aterro.

“Essas foram as nossas primeiras grandes conquistas”, conta Graça Andreatta, membro da Diretoria do Movimento Comunitário do bairro. “A coisa começou no dia 22 de fevereiro de 1977. Esse primeiro ano foi muito duro, teve muito barraco destruído pela polícia, muitas ameaças. No ano seguinte é que a gente conseguiu coisa à beça porque era ano de eleição. Depois que a gente conseguiu essas coisas básicas — água,

Trabalhadores

ANO 1 — Nº 1 — Segunda quinzena de março de 1982 — Cr\$ 50,00

Drama urbano na Grande Vitória

Apesar da repressão, algumas conquistas dos favelados no Espírito Santo.

Jô Amado

das obras que esses órgãos fazem no bairro. Por exemplo, nas obras de melhoria do bairro, a gente está querendo que o pessoal do próprio bairro seja aproveitado, porque tem muito desempregado. No caso da polícia, por exemplo, nós não queremos delegacia, e sim um posto policial. Isso é por causa de que uma delegacia sempre funciona como cabide eleitoral, como centro de corrupção e são sempre os mesmos policiais. Então, com um posto policial, aí há rodizio. No caso da escola, por exemplo, a gente está querendo o direito a que seja a própria comunidade de São Pedro a eleger a diretoria. Enfim, o que a gente quer é que todos os equipamentos, como eles chamam, sejam para fins sociais ou culturais, sejam administrados também pelo próprio povo.”

Resistência e organização

A luta por ocupação de terra mais comentada na Grande Vitória foi, sem dúvida, a dos posseiros de Rosa da Penha, bairro periférico, já quase na zona rural de Cariacica, município vizinho de Vitória. No dia 28 de dezembro, algumas centenas de famílias muito pobres “invadiram” o terreno. Um desses anônimos aventureiros conta: “A nossa história todos conhecem. É igual também a história de qualquer brasileiro que vive do salário. O que é que vocêalaria em nosso lugar? Nós cansamos de olhar o vale de Rosa da Penha, abandonado tem quase 100 anos, mata fechada e “esconderijo de marginal. Aí resolvemos ir morar lá mesmo sem luz, sem água, sem nada. Construímos nossos barracos. Aí veio o juiz e disse ‘Essa terra tem dono’. Mas nós insistimos. Nós sabíamos que nunca a gente viu ninguém lá.”

Entre o dia 28 de dezembro e 28 de

TRABALHADOR CONTRA POLUIÇÃO

Povo de Cubatão ainda resiste

Carlos Eduardo

Cubatão é uma cidade do litoral do Estado de S. Paulo, com 85.000 habitantes, e onde se localiza um dos maiores e mais importantes conjuntos de fábricas do País. São indústrias petroquímicas e de base responsáveis por grande parte da riqueza que existe no Brasil (e em outros países, pois muitas das fábricas de Cubatão pertencem a empresas multinacionais). No entanto, os habitantes de Cubatão, principalmente os trabalhadores, não lucram com a riqueza que produzem. Ao contrário: sofrem o martírio diário da poluição.

Todos os dias, as indústrias da cidade jogam ao ar entre 800 e 1000 toneladas de produtos químicos extremamente perigosos. E no Rio Cubatão, cuja bacia é responsável pelo abastecimento de água de toda a população da Baixada Santista, são despejados de 50 a 75 toneladas diárias de lixo industrial, grande parte constituído de elementos altamente tóxicos. Em consequência, 1/3 das crianças de Cubatão morrem na primeira infância e o número de abortos involuntários é enorme; 8% dos recém-nascidos têm defeitos congênitos, inclusive os célebres casos de crianças sem cérebro; a maioria das pessoas tem sérios problemas de saúde.

E não é para menos. Veja-se, por exemplo o efeito de alguns desses poluentes. O mercúrio (despejado pela Carbocloro Indústrias Químicas S.A.) provoca náuseas, vômitos, diarreia com sangue, problemas nos rins e, dependendo da quantidade ingerida, pode causar a morte. O cromo jogado pela Cia. Brasileira de Estireno, pela Alba S.A. e pela Ultrafertil) é corrosivo e causa úlceras e câncer no pulmão. O enxofre (da Ultrafertil e da Copebrás) provoca irritação nas membranas mucosas. O antrocoeno (de responsabilidade da Cosipa) traz inúmeros problemas à pele. O naftaleno (também da Cosipa) dá náuseas, dor de cabeça, febre, anemia e problemas no fígado. O percloro etileno (despejado pela Rhodia) provoca dor de cabeça, fadiga, náuseas, vômitos, distúrbios mentais, inflamações na pele e irritação nos instintos. E depois, ainda há quem diga que os trabalhadores baixam tanto ao departamento médico das indústrias

porque são preguiçosos e não gostam de trabalhar.

O martírio de Cubatão já vem durando mais de 30 anos. Até agora, ninguém tomou qualquer medida para diminuir-lo. Trata-se do pior caso de poluição de que se tem notícia no mundo. A Organização Mundial de Saúde e a Organização das Nações Unidas já vieram ao Brasil estudar o problema, que vem sendo denunciado em vários jornais de muitos países. Em nenhum outro lugar, a irresponsabilidade com a saúde de uma comunidade foi tão longe quanto em Cubatão. E, no final, quem acaba tendo que pagar pelos danos são os próprios trabalhadores, obrigados agora a deixar suas casas construídas por eles próprios, porque as empresas querem se expandir para poluir mais.

Durante trinta anos, nenhuma autoridade ligou para a tragédia de Cubatão. Apesar de algumas denúncias de grupos ecologistas, as autoridades sempre diziam que “a fumaça de Cubatão não faz mal a ninguém, é inofensiva”, como garantiu o secretário da Saúde daquele município, dr. Pedro Tosta de Sá, em 1977. Mas no ano passado, quando as indústrias revelaram seu desejo de expandir-se e ocupar a área onde hoje se localiza o bairro operário de Vila Parisi, aí a coisa mudou.

De repente, diversos membros do governo, principalmente o ex-secretário do Planejamento de São Paulo, Rubens Vaz da Costa, acharam que era preciso “defender” os moradores de Cubatão. Mas só os de Vila Parisi, que deveriam abandonar suas casas, próximas às fábricas onde a maioria deles trabalha, deslocando-se para um conjunto residencial a ser construído pelo governo (pagando pelas casas, evidentemente) longe das indústrias.

A solução do governo para o problema da poluição é: em vez de acabar com ela, mudar quem mora perto à força. Só que a máscara da hipocrisia caiu recentemente, quando foi revelado pela imprensa um documento secreto da CETESB, órgão oficial responsável pelo problema da poluição, em que se afirma que as condições do ar, do solo e da água de toda a zona residencial de Cubatão são tão ruins quanto as dos bairros localizados próximos à zona

industrial como Vila Parisi. Cada habitante de Cubatão, independente de onde more, recebe diariamente 12 quilos e meio de uma mistura de cem produtos químicos, trinta dos quais altamente perigosos para o homem, dois de efeitos desconhecidos e 28 de toxidez moderada.

Ora, então se o objetivo do Governo é retirar as pessoas de zonas perigosas, deveria mudar todos os habitantes de Cubatão. E mais: como iria se fazer com os trabalhadores das indústrias que, mesmo morando longe, são obrigados a passar pelo menos oito horas por dia bem no meio da poluição toda?

As violências e ameaças contra a população de Cubatão não têm ficado sem resposta por parte dela. Apesar da desproporção de forças (algumas das maiores empresas nacionais e multinacionais instaladas no País, com o apoio dos governos municipal, estadual e federal contra habitantes, cuja grande maioria é constituída de trabalhadores), a resistência existe e aumenta a sua força a cada ataque dos inimigos.

Recentemente, foi criada a Associação das Vítimas da Poluição e das Más



Condições de Vida de Cubatão. A entidade tem sido responsável por diversos contatos com cientistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Organização Mundial de Saúde, que têm se preocupado com o assunto. Além disso, a Associação realiza encontros periódicos com os moradores (sempre com grande afluência popular) para aumentar a organização e traçar planos de resistência. Para o dia 18 de abril, está marcado um grande congresso, quando a entidade irá definir sua posição diante dos novos acontecimentos.

Outra organização é o Comitê de Defesa de Vila Parisi, organizado pelo Centro de Estudos Ecológicos e por militantes do PT e do PMDB. Criado no início de 1981, reúne representantes da maioria dos 15.000 moradores do bairro mais ameaçado de extinção na cidade e realiza assembleias populares periódicas, reafirmando o desejo dos habitantes de permanecerem no bairro e pressionando políticos e autoridades para tornarem sua defesa.

O Partido dos Trabalhadores, através de seu diretório municipal, tem sido um dos principais responsáveis pela organização

popular de resistência à poluição em Cubatão. Seus núcleos nos bairros operários são fortes e ativos e o PT tem estado sempre presente nos principais atos públicos, movimentos e protestos contra a situação insuportável que vive a população da cidade. Foi o organizador de um plebiscito, há cerca de dois anos em que a imensa maioria dos moradores de Vila Parisi mostrou sua disposição de lutar pelo seu direito de morar no seu bairro.

Além disso, a Pastoral Operária de Cubatão tem prestado toda assistência aos movimentos populares que se organizam em Cubatão para a defesa dos interesses de seus habitantes contra os das indústrias. E até entidades de fora de Cubatão, como o Centro de Estudos Ecológicos de Santos e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, têm-se colocado à disposição para auxiliar os trabalhadores do município em sua resistência contra a poluição.

No início de março, a situação em Cubatão assumiu tamanha gravidade que o Governo Federal resolveu intervir. Apesar de ser área de segurança nacional (a cidade não eleje seu prefeito há 14 anos), parece que os instrumentos de domínio do governo sobre o município ainda não eram satisfatórios. E o general Figueiredo criou uma comissão interministerial para, segundo ele, “resolver” de vez o problema da poluição, que já anda prejudicando a tão preocupante “imagem do País no Exterior”. O presidente da Comissão é o Coronel Nobre da Veiga, famoso por seus desmandos à frente da Fundação Nacional do Índio.

E muito pouco provável que esta comissão vá mudar alguma coisa na política oficial em relação ao problema. Como lembrou a Associação das Vítimas da Poluição, não há nenhum representante do povo da cidade na comissão. Além disso, todos sabem que os interesses do Governo e os das empresas nacionais e multinacionais são os mesmos. E as empresas já deixaram bem clara sua posição: num documento ironicamente intitulado “Vale da Vida”, as indústrias sugerem que quase toda a área residencial de Cubatão seja transformada em zona industrial, mudando-se para longe os habitantes de outras cinco vilas operárias, além da Vila Parisi.